



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª
(QUINTA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 23 DE MARÇO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estando presentes o Deputado Hermeto, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Pastor Daniel de Castro, o Deputado Fábio Félix e a Deputada Jaqueline Silva, há *quorum* regimental. Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do Distrito Federal, para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela *TV Câmara Distrital*.

Oriento os Deputados presentes que só os membros titulares podem votar. Os Deputados suplentes votam apenas quando os titulares não estiverem participando da reunião.

Encontram-se presentes os Deputados titulares desta CPI: Deputado Chico Vigilante, Deputado Hermeto, Deputado Fábio Félix, Deputado Pastor Daniel de Castro, Deputado Robério Negreiros e Deputada Jaqueline Silva.

Também está presente o Deputado suplente Gabriel Magno.

Ficou devidamente registrada a ratificação do Requerimento nº 111/2023, item nº 18, da pauta da 4ª Reunião Ordinária, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “requer ao Tribunal Superior Eleitoral a cópia integral do Inquérito Administrativo nº 0600371-71 e dos autos da Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0600814-85.2022.6.00.0000”.

Esse requerimento foi aprovado com 4 votos favoráveis, 1 voto contrário e houve 2 ausências.

Podemos considerar ratificada a votação desse requerimento? (Pausa.)

Deputada Jaqueline Silva? (Pausa.)

Deputado Hermeto?

DEPUTADO HERMETO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Fábio Félix?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Pastor Daniel de Castro?
(Pausa.)

Deputado Robério Negreiros? (Pausa.)

Falem nos microfones, para que fique registrado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Deputado Robério de acordo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deputado Daniel de acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Comunico que houve alteração na composição desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Deputado Thiago Manzoni passa a ser o representante suplente do PL – Partido Liberal, em substituição ao Deputado Roosevelt Vilela.

Agradeço a participação ao Deputado Roosevelt Vilela e dou as boas-vindas ao Deputado Thiago Manzoni. Tenho certeza de que S.Exa. irá contribuir muito com o desempenho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Requerimento Administrativo para discussão e votação.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item n^o 1:

Discussão e votação do Requerimento n^o 117/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "requer o convite para oitiva do Senhor Marco Edson Gonçalves Dias, atual Ministro de Estado Chefe do GSI/PR, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim, Sr. Presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, Sr. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento do convite obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Na verdade, são onze, ou melhor, dez pedidos do Deputado Joaquim Roriz Neto. Eu gostaria de indagar o Plenário se os Deputados estão de acordo com que eu leia e a gente vota em bloco. De acordo? Sr. Relator, está de acordo?

RELATOR (DEPUTADO HERMETO) – Sim.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item n^o 2:

Discussão e votação do Requerimento n^o 58/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que "requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Senhora Alessandra Faria Rondon, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF";

Item n^o 3:

Discussão e votação do Requerimento n^o 59/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que "requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Alcimar Francisco da Silva, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no

DF”;

Item nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 60/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Carlos Eduardo Bon Caetano da Silva, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 61/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Edmar Miguel, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 62/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Senhora Eliane Navarro, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 63/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Francisco Donizete da Silva, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 8:

Discussão e votação do Requerimento nº 64/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Gilson, conhecido como ‘Gilson da autoescola’, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 9:

Discussão e votação do Requerimento nº 65/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor José Paulo Alfonso Barros, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 10:

Discussão e votação do Requerimento nº 66/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor José Ruy, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”;

Item nº 11:

Discussão e votação do Requerimento nº 67/2023, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que “requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor José Donizete Corrêa, manifestante presente no ato do dia 08 de Janeiro de 2023 no DF”.

Em discussão os requerimentos. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem o seu voto. Os que votarem "sim" estarão aprovando os requerimentos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

Os requerimentos obtiveram 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Estão aprovados.

Vamos agora ao Requerimento de autoria do Deputado Hermeto.

Requerimento nº 118/2023, que requer a convocação, mas que está sendo alterada, Deputado Hermeto, para convite.

DEPUTADO HERMETO – Presidente, vamos convidá-lo. Se não lograr êxito, vamos convocá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 118/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "convida o General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-Chefe do Comando Militar do Planalto, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Eu sei que é extrapauta, mas a gente podia adotar um critério. Inclusive, eu quero aqui, mesmo na ausência, ser a voz da Deputada Paula Belmonte quando falou sobre a questão da convocação do General Heleno. A gente fazer essa mesma linha. Todas essas autoridades de alta patentes, que a gente faça todas elas como convite. Não sendo aceito o convite, que a gente faça a convocação. Se não for, a gente segue o rito normal de condução coercitiva e tudo o mais. Mas que fossem as autoridades todas convidadas no primeiro momento. São generais de quatro estrelas, cinco estrelas.

Eu pediria isso, em nome da Deputada Paula Belmonte, para o General Heleno. Ele foi convocado. Eu gostaria de transformar em convite, para que a gente fizesse a mesma linha para todo mundo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Na verdade, eu pedi um parecer, que está para ser exarado pela Procuradoria-Geral desta Casa, para que esse parecer deixe patente se a gente pode ou não convocar integrantes do Exército Brasileiro. Não estou nem falando de general, porque não é pela patente. Nós vamos medir pelo envolvimento com os fatos. Pode ser tenente, sargento, soldado, general. Se puder convocar, a gente vai convocar. Se não puder, nós vamos convidar.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o senhor falou de soldado, cabo, sargento, general. Numa CPI a gente não tem que olhar a graduação nem a patente, não, principalmente pelo fato de a gente estar investigando esses atos antidemocráticos que barbarizaram o País. Então, independentemente, são militares. A patente ou a graduação é no quartel. Aqui nós estamos convidando. Então, a gente tem que atentar para isso.

E, ao que me consta, os generais estão na reserva. Não sei se os dois estão na reserva.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De acordo com o parecer que vai ser expedido pela procuradoria, a gente enquadra dentro do que estiver recomendado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim, Presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado o requerimento.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Eu vou pedir licença para me ausentar temporariamente, porque eu tenho uma reunião com o Governador Ibaneis. Eu vou e retorno. Está bom?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está autorizado. E volte, para que a gente possa prosseguir com os trabalhos com casa cheia.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 119/2023, de autoria do Deputado Hermeto, que "solicita à Secretaria de Segurança Pública que envie a lista dos participantes da reunião que ocorreu 15 dias antes do fatídico dia 08/01/23, assim bem como a ordem de serviço detalhada com a organização, a convocação e a distribuição dos Policiais Militares que trabalhariam no evento que ocorreria dias depois em Brasília para a CPI".

Que tudo seja encaminhado a essa CPI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado o requerimento.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, houve um equívoco aqui, o Requerimento nº 118, que já foi lido, nós vamos proferir a votação sobre ele.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota “sim”.

O requerimento obteve 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado o requerimento.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – “(...) requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Francisco Donizete da Silva, manifestante presente no ato do dia 08 de janeiro de 2023”. Aprovado.

Srs. Deputados e Deputada Jaqueline Silva, nós vamos agora às atas.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

- Ata da 4ª Reunião Ordinária, de 16 de março de 2023. (1097950)

Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos Deputados se podemos considerar como lida e aprovada a ata do primeiro item dessa pauta.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota “sim”.

A referida ata está aprovada com 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Vamos às oitavas.

Peço à nossa assessoria que traga ao plenário o Sr. Júlio de Souza Danilo, ex-Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos iniciar aqui o depoimento do Sr. Júlio de Souza Danilo Rodrigues, ex-Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

Sr. Júlio de Souza Danilo, esclareço que o senhor está diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na condição de testemunha. E como tal tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342 do Código Penal.

Apesar disso, caso Vossa Senhoria entenda ter envolvimento com os fatos criminosos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado.

O senhor trouxe advogado ou não, Sr. Danilo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Estou sem advogado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não trouxe advogado?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

Considerando que o Sr. Júlio de Souza Danilo Rodrigues já foi qualificado pela COPOL – Coordenadoria de Polícia Legislativa, passo às perguntas iniciais.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Presidente, só um aparte: o meu nome, só para a gente poder fazer uma alteração, é Júlio Danilo Souza Ferreira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Júlio Danilo Souza Ferreira

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA - Acho que na convocação saiu Júlio Souza

Danilo, mas é Júlio Danilo Souza Ferreira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Júlio Danilo Souza Ferreira. Que se altere em todos os assentamentos que estão aqui e que seja colocado o nome correto do Dr. Júlio.

Sr. Júlio, qual cargo o senhor ocupava no dia 8 de janeiro de 2023? Desde quando ocupava tal cargo? Quais eram as suas atribuições?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Presidente, bom dia, bom dia ao senhor, bom dia a todos os Parlamentares aqui presentes.

No dia 8 de janeiro eu já havia retornado à Polícia Federal, já não estava mais como Secretário de Segurança. Então, ocupava o cargo de Delegado da Polícia Federal, já havia retornado à Polícia Federal e estava trabalhando na Polícia Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – No dia 8, o senhor estava trabalhando na Polícia Federal?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Já havia retornado à Polícia Federal. Tinha deixado a função de Secretário de Segurança Pública do DF e tinha retornado, desempenhando o cargo lá, que é o meu cargo, Delegado de Polícia Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor participou da elaboração do PAI, o plano de ações estratégicas da Secretaria de Segurança nº 02/2023?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, acho que esse plano é o do dia 8 de janeiro. Só para esclarecer, porque tem esse número aí, desse plano eu não participei. Como eu disse, eu já não estava mais na secretaria, saí no dia 2. A minha exoneração saiu publicada no dia 2 de janeiro. Já havia retornado à Polícia Federal. Então, desse plano, se for o plano que se refere à elaboração da segurança do dia 8 de janeiro, eu não participei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É exatamente esse plano.

E onde o senhor estava no dia 12 de dezembro de 2022?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – No dia 12 de dezembro de 2022, eu ainda ocupava a função de Secretário de Segurança Pública do DF.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor pode informar a esta CPI se havia um plano estratégico de segurança para o dia 12 para que não acontecessem aqueles atos terríveis que aconteceram no dia 12?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA - Vamos lá, posso tentar explicar os senhores sim. No dia 12, era o dia... até foi um dia emblemático... foi o dia da diplomação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Exatamente.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA - Do Presidente Lula. Então, nós preparamos um plano de atuação, sim, para a diplomação. Esse plano foi realizado ali nas circunscrições do prédio do TSE, onde se deu a diplomação. A diplomação foi no início da tarde; inclusive, eu participei, estava presente, estava à frente lá com o pessoal. Montamos um plano para garantir a realização da diplomação e, inclusive, garantir que as pessoas que quisessem se manifestar do lado de fora assim pudessem – e houve manifestações do lado de fora a favor do Presidente. Me recordo que nesse dia também havia uma manifestação em frente ao Palácio da Alvorada, que também transcorreu de forma a não haver nenhum tipo de perturbação, seja a um evento ou a outro. Isso foi durante o início da tarde, até o meio da tarde. E, no final do dia, houve, sim, uma convulsão no centro de Brasília – acho que o questionamento se dá com relação a esse fato. Nesse dia, ainda, eu estava participando, no final da tarde, da posse do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal, no MPDFT, cerimônia inclusive que contava com a participação, também... O Governador Ibaneis estava lá, o comandante da Polícia Militar, o comandante dos Bombeiros. E recebi a informação de que um indígena havia sido preso naquele momento, já no final da tarde. Me ligaram, comunicando a prisão desse indígena. Era um indígena que, nos dias anteriores, estava à frente de algumas ações aqui no DF. Eu lembro que houve uma invasão ao *shopping* – se não me engano, ao Park Shopping. Depois, também, no aeroporto de Brasília, houve o bloqueio da rodovia que dá acesso ao

aeroporto e também a invasão da área de embarque – sempre por esse grupo que vinha causando esses transtornos. Por isso, foi feita, pela Polícia Federal, uma representação pela prisão das pessoas que estavam envolvidas. E esse indígena – se não me engano, é Serere o nome dele – foi preso nesse dia, no final da tarde. Foi uma prisão realizada pela Polícia Federal, nós não tínhamos conhecimento disso, até mesmo porque existe a autonomia da polícia na sua atuação. E acabou gerando uma convulsão ali, vários protestos na frente do edifício sede da Polícia Federal, que se localiza na área central norte de Brasília. Então, como eu disse, foi-nos comunicado que ele havia sido preso. Logo em seguida, também me ligaram da secretaria, dizendo que havia um início de confusão lá – momento esse, inclusive, em que o próprio comandante da Polícia Militar estava presente também e eu o chamei. Nós saímos da cerimônia e eu o alertei, perguntei a ele se ele tinha tomado conhecimento de que estava tendo essa questão. Ele falou que sim. E aí eu questionei: “já foi acionado o reforço para a área?” “Sim, foi acionado o reforço para a área.” Rapidamente se acionou, para que a gente pudesse fazer frente àqueles atos que estavam se iniciando. O policiamento local foi deslocado para lá e aí, sim, foram chamados os grupos que atuam de forma especializada, como o choque. Foram mobilizados, mas há um tempo de reação. O próprio Deputado Hermeto, que é policial militar, sabe disto: a tropa, não estando de prontidão... Estava antes, por causa da diplomacia, mas depois tinha sido dispensada, porque a gente não tinha conhecimento desses atos – foi algo realmente que aconteceu e que estava fora do controle da segurança pública –, mas rapidamente a gente chamou. Algumas unidades do GTOP foram deslocadas, também; eles são um grupo especializado, que tem condição de reagir. E o equipamento próprio de contenção do distúrbio civil... Nem sempre a radiopatrulha que está ali, o policial do policiamento, detém esse tipo de equipamento, que é de contenção de distúrbio civil. Você não vai usar ali contra o manifestante uma arma letal que seja tudo isso. Então, foi feita a solicitação desse reforço ao policiamento e logo em seguida também eu me desloquei à área central junto com o Coronel Fábio. O Coronel Fábio foi e seguiu com o pessoal. E eu também me desloquei, saí da cerimônia e fui verificar o que estava acontecendo na área central. Quando nós chegamos na Polícia Federal, realmente já estava ali convulsionado. As pessoas, alguns estavam com barras de ferro, já colocando fogo ali no... Quando a gente passou, logo na entrada da Asa Norte, o trânsito já estava impedido. A gente retornou para poder chegar por trás. E aí sim, aí se evoluiu na questão de buscar o reforço, a polícia poder vir com o reforço de efetivo para que a gente pudesse fazer frente ao distúrbio dessa população que estava ali.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu queria que o senhor explicasse para esta CPI... O senhor esteve no local. O senhor viu os elementos com barra de ferro, com botijão de gás, tentando invadir o prédio da Polícia Federal. Eu conversei com o delegado federal que estava naquela noite no prédio, ele disse que foi um milagre não ter morrido gente, porque eles iriam invadir, e, certamente, o pessoal, para defender a integridade do prédio, iria reagir. Pergunto ao senhor, Sr. Júlio: por que ninguém foi preso naquela noite?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, vamos lá. É importante realmente... É uma pergunta interessante. Nós chegamos... Assim que eu cheguei, eu fui ao local, inclusive, saindo lá... E comuniquei ao governador também que estava me deslocando para lá. Assim que eu cheguei já estava convulsionado, já havia lá... O caminho que eu tomei ali foi o caminho da W3, descida do Ministério Público pelo Eixo Monumental, fiz a volta, pegando a W3 para acessar a W3 Norte. E parte desse público já vinha correndo ali, uns com barra de ferro e tudo isso, porque já vinha a atuação da própria Polícia Federal também, junto com a Polícia Militar, tentando ali desfazer aquela convulsão do pessoal, e o pessoal correndo. Alguns correram em direção ao lado sul, descendo pela W3, onde tem o viaduto, outros subiram até em direção à 5ª DP. Foi lá onde, em um posto de gasolina ao lado da 5ª DP, eles acabaram quebrando e pegando o botijão de gás e espalhando e atacando a 5ª DP também. Ou seja, eles acabaram se espalhando. E parte foi...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aquilo era terrorismo, não era Dr. Júlio?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu não posso fazer juízo de valor em relação a isso, mas foram atos de vandalismo grave, seríssimos, que atentaram contra a segurança

dos policiais da cidade...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que ninguém foi preso?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Vamos lá. Aí se chegou, a prioridade que se tinha... Inclusive, a ordem, Deputado, era para que se realizasse, sim, que os responsáveis fossem localizados e fossem presos, da minha parte e da parte do próprio governador também. O governador estava o tempo todo acompanhado, eu falei com ele várias vezes durante a noite. Ele falava: "Júlio...". Várias vezes ele me passou essa orientação. A gente realmente tinha que fazer. Só que em um momento desse de contenção de distúrbio civil, ainda mais um distúrbio defensivo, onde não havia preparação, quando a Polícia Militar chegou para poder fazer o enfrentamento, parte desse público já havia corrido. A primeira missão nossa era o quê? Restituir a ordem pública, que era conter a questão do ateamento de fogo, da destruição, era dissolver aquele público que estava ali, realmente, praticando aqueles atos. E as equipes chegaram e começaram a realizar. A questão da realização de prisões. Geralmente, quando se tem o distúrbio civil, se coloca, sim, equipes específicas para que você possa realizar a prisão, mesmo porque, se você está recebendo que seja pedrada, recebendo ali... pedaço de pau sendo tacado, você realizar a prisão de alguém por um ou dois policiais, inclusive se coloca em risco aqueles policiais ali. Você tem a linha que é feita, você faz a contenção do distúrbio e a dispersão. Então, esse público foi disperso, e a polícia continuou ali atuando. E, realmente, aquele dia, não foi realizada nenhuma prisão naquele período da noite, ainda que houvesse essa orientação. No final da noite, as pessoas estavam caminhando por ali, não estavam em ato de flagrância no momento. Aquelas pessoas que andavam pelo centro cidade... Sendo temerária, inclusive, que fosse realizada a prisão de alguém que estivesse ali, sem ter a comprovação de que cometeu atos de vandalismo. Mas até diante disso, no dia seguinte, foi realizado... por determinação minha, foi realizada uma reunião na Secretaria de Segurança Pública – isso está publicado –, onde participaram Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, para que a gente pudesse ali já traçar um plano de identificação e responsabilização desses envolvidos. Tanto que, posteriormente, acho que duas semanas, quase dezessete dias posteriores, foi deflagrada a Operação Nero aqui em Brasília e em outros estados, onde responsáveis identificados pela depredação na área central foram presos e hoje respondem aí perante a Justiça pelos atos que foram cometidos naquele dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor estava ali, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, o senhor tem a relação dos elementos de Brasília que participaram da depredação daqueles atos terroristas do dia 12?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, essa relação constou dentro da investigação realizada tanto pela Polícia Civil quanto pela Polícia Federal, e a própria atuação da Polícia Judiciária, que é a polícia de investigação, tem autonomia de realizar os seus atos, ou seja, não há uma interferência direta da Secretaria de Segurança Pública que não a... se dita as políticas públicas, se determina o que seja feito, mas essa lista, essa identificação consta dos autos de investigação tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Federal, não só daquelas pessoas que sejam, que aqui residem em Brasília, quanto outros de fora também. O que a gente verificou é que essas pessoas que participaram daquele vandalismo, a sua maior parte estava participando do acampamento que estava montado e que boa parte também não residia em Brasília, eram pessoas que residiam fora de Brasília, não viviam aqui, não eram moradores daqui e agiram dessa forma; acabaram participando desses atos, de atos reprováveis, atos de vandalismo e que, pela investigação, a gente conseguiu identificar e alguns foram alcançados, sim, inclusive, até mesmo antes do final do ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor esteve naquele acampamento alguma vez?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, não estive no acampamento. Estive só... passei por várias vezes lá. Geralmente, inclusive, passava, às vezes, ou quase todos os dias ou durante a semana até para verificar como estava. O acampamento estava numa área militar, geralmente eu passava por ali pela avenida, até para ver como estava a evolução. Havia um acompanhamento diário por parte da Secretaria de Segurança Pública, tanto da inteligência quanto da SOP, e das forças de segurança também, para que a gente pudesse estar acompanhando a questão da própria evolução do comportamento. Infelizmente, aquele

acampamento estava dentro de uma área militar. Qualquer tipo de atuação operacional incisiva ali, era necessária a coordenação com os militares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor, como Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, dialogou com os militares para a retirada daquele acampamento?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Sim. Sim. Até mesmo...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como é que foi esse diálogo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Por própria orientação. Assim que esse acampamento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O governador pediu ao senhor que fosse lá negociar com os militares a retirada do acampamento?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Sim... Não... Que fizesse gestões. Por mais de uma vez, a gente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E que gestão que o senhor fez?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Foram reuniões que foram realizadas, inclusive...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Com quem?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Reuniões...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Com quem as reuniões?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Com o Comando Militar do Planalto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E qual era a posição do Comando Militar do Planalto?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O Comando Militar do Planalto... Deixa eu explicar como se deu, Deputado, desde o dia que o acampamento iniciou. Esse acampamento iniciou logo depois do resultado da eleição do dia 30 de outubro. Então, as pessoas começaram, ali pelo Brasil todo, a se aglomerar na frente dos quartéis, e aqui em Brasília não foi diferente. E, quando houve ali... Até, em Brasília, nós estamos acostumados a lidar com manifestações. Aqui existe um protocolo e tudo isso. Aquilo começou, a gente imaginou: isso é uma manifestação. E, assim que iniciou na área militar, foi feita já uma reunião com os próprios militares e falávamos: o pessoal tem vindo... Fomos chamados também para poder auxiliar na questão da organização do trânsito, da segurança no local e do apoio dos próprios bombeiros, porque as pessoas podiam passar mal e tudo isso. E, desde o início, nós começamos...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem chamou a Secretaria de Segurança para dar apoio na questão do trânsito e dos bombeiros?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O Comando Militar do Planalto, que é responsável por essa área...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Para dar assistência a um acampamento terrorista!

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Não é ao acampamento. Seria à manifestação das pessoas. Por quê? Essas pessoas estavam ali... Eu lembro bem que, num dia de manifestação do final de semana, a gente não conseguia nem passar no Eixo Monumental. Inclusive, até podendo criar ali uma situação de acidente. As pessoas estavam atravessando ali a rua, e a responsabilidade da segurança da cidade é nossa. E, quando se viu, inclusive, as pessoas estacionando em locais em cima da calçada ali, da área verde que se dá, várias pessoas foram multadas também. O DETRAN aplicou multa, como também o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, àquelas pessoas que estacionaram em área irregular. E foi solicitado o apoio para que a gente pudesse organizar o trânsito. Logo no início, a gente colocou à disposição, se colocou a estrutura do GDF para prestar assistência de segurança à população, mas, depois, a gente viu que esse acampamento foi se perpetuando. E foram realizadas, sim,

algumas reuniões, até a pedido deles, que eles nos solicitaram. Por quê? Começou também um comércio ambulante paralelo naquela área. Então, por vezes, o próprio DF Legal atuou lá para poder impedir além do comércio ambulante irregular, a questão da montagem também ali de estruturas que não tivessem autorização.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Doutor Danilo, o Coronel Naime disse aqui nesta CPI, sentado nesta cadeira em que o senhor está, que ali, naquele acampamento, tinha tráfico de droga, tinha prostituição e tinha máfia, a chamada máfia do pix. Ele, integrante da Polícia Militar do Distrito Federal; o senhor era o Secretário de Segurança Pública. O senhor tem notícia de tráfico? De prostituição? Porque isso é crime. Se tem, por que não agiram e não prenderam os criminosos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É. O Coronel Naime fez essa declaração... Até então, era o Chefe do Departamento Operacional. Atuava sempre lá dentro. Na área das circunscrições do acampamento, nós atuamos. Inclusive, os crimes que foram cometidos ali, de forma ilegal, naquela área, foram reprimidos. Agora, qualquer crime que ocorria dentro da área militar, a atuação era da polícia do Exército. Tanto que, você pode buscar imagens do que seja, o tempo todo nós tínhamos a polícia do Exército ali dentro, que prestava segurança àquela área. Todas as vezes que nós necessitávamos atuar dentro do acampamento, somente em companhia ali e em coordenação com o Exército. A gente não podia. Tanto que o senhor não vê dentro do acampamento atuação que seja da Polícia Militar, do próprio Corpo de Bombeiros, que ficava na circunscrição. Havendo uma necessidade... porque aí é responsabilidade da segurança pública. Isso acontece sempre. Final de semana geralmente havia uma aglomeração maior de pessoas ali. Então, era nosso dever inclusive organizar o trânsito, até para que não houvesse um acidente de trânsito...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas foi dito pelo Comando Militar do Planalto que estava tendo prostituição e tráfico de droga dentro do acampamento?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, o Comando Militar do Planalto nunca nos disse isso. Inclusive há...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a secretaria que sabia disse para eles?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Há solicitação. Por diversas vezes, o Comando Militar do Planalto nos solicitou, inclusive por ofício, a atuação, ao Governo do Distrito Federal. Primeiro, que houvesse a repressão da questão da venda de ambulantes lá dentro, e assim foi feito. Foi solicitada também a atuação do SLU por causa do acúmulo de lixo, e era na área da cidade o que estava ali; assim foi feito. A organização do trânsito; assim foi feito. E por diversas vezes nós coordenamos ali, falávamos mesmo. Inclusive, fizemos alguma operação – acredito que foi dito aqui também quando o Coronel Naime esteve aqui, não é? –, onde colocamos o efetivo para que a gente pudesse desmontar o acampamento. Foi determinação do próprio governador. Nós tínhamos um efetivo grande do DF Legal ali para que a gente pudesse desmontar as barracas, um efetivo grande da Polícia Militar. O comandante da Polícia Militar...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que não desmontaram?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Porque, como eu disse ao senhor, para qualquer tipo de atuação dentro da área militar, era necessária a participação e a coordenação dos militares.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas quem disse, do Comando Militar do Planalto, para o senhor, enquanto secretário de segurança pública, que não era para desmontar?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O Comando Militar do Planalto por diversas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o comando tem nome. Quem foi o general que falou para o senhor?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O general que estava à frente à época era o

General Dutra, que era...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele disse que falou pessoalmente para o senhor que não podia desmontar?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É... Nas operações que a gente tentou realizar ali, por vezes, as operações foram interrompidas porque ele dizia que tinha recebido orientação... orientação, não, ordem para que não fosse realizada naquele dia essa desobstrução, de que eles fariam a desobstrução por conta deles. E, quando a gente colocou, me lembro bem aqui, se eu não me engano, foi dia 19 de dezembro... 19 não, desculpa, dia 29 de dezembro foi a última que nós fizemos ali, próximo até a eleição. Colocamos ali um aparato considerável da Polícia Militar para atuar em coordenação com eles do próprio DF Legal, porque nós havíamos ali ajustado. Passada aquela questão da diplomação, tanto da diplomação do Presidente Lula, diplomação do governador, que foi dia 19, e nós já falávamos: "Ó, a gente precisa agora fazer essa desmobilização, já tem muito tempo que está aí". E a gente colocou à disposição...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso era o Governo Bolsonaro ainda.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Isso era dia 29 de dezembro, não é? Dia 29 de dezembro nós não tínhamos ainda... O Presidente Lula não tinha tomado posse ainda. Então, quando nós colocamos aquele aparato para poder chegar... Inclusive tem imagens, houve a cobertura pela mídia local. Fomos, o DF Legal já estava a postos para que a gente pudesse ali... e de forma pacífica, fazer ali a desmontagem daquelas barracas de forma já conversada com o pessoal, mas foi solicitado que não: "Não, não vamos avançar com a operação hoje." Porque pediram para que a gente não utilizasse essa estrutura para poder realmente tirar, e que, dali, o próprio Exército, por ser da área militar, por meios próprios, e aí já fazendo o próprio ajuste com aquele público que estava lá, ia providenciar o desmonte do acampamento. A gente teve que recuar mais uma vez; eu disse ao senhor: qualquer tipo de atuação dentro daquela área militar, por ser área militar, nós tínhamos que atuar sempre em coordenação com eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dr. Júlio, o senhor assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o senhor já ocupava algum cargo na secretaria antes?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Sim. Sim, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Convidado por quem?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Sim. À época, eu fui Secretário Executivo de Segurança Pública – é como se fosse o secretário adjunto. À época em que assumi, o Secretário de Segurança Pública era o Dr. Anderson Torres.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele que convidou o senhor?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Ele me convidou. Trabalhamos juntos na secretaria. Eu assumi, eu vim para a secretaria foi em maio. Não vou me recordar o dia. Não sei se foi 21 de maio, ou maio ou junho de 2020, foi quando cheguei à Secretaria de Segurança Pública. Vim da Polícia Federal para poder ocupar o cargo de Secretário Executivo de Segurança Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando do retorno do Secretário Anderson Torres à pasta, ele convidou o senhor para continuar ou não?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Ele chegou a conversar comigo sobre a possibilidade, se eu teria o desejo ou não de continuar na secretaria, e aí o que eu disse à época: que eu estava como secretário, já tinha sido secretário executivo e que eu achava que não era recomendável que eu continuasse, mesmo porque eu tinha sido secretário. Ele estava vindo assumir a pasta e, ali, ia ser uma nova gestão a partir daquele momento. Então, eu achei que não seria conveniente que eu continuasse na secretaria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou voltar a um ponto que nós já abordamos. Como esse ponto é muito importante para esta CPI, eu vou voltar a perguntar para o senhor, novamente: os atos antidemocráticos começaram a ganhar proporções

preocupantes a partir do dia 31 de outubro de 2022, quando o senhor ainda era titular da pasta da segurança pública. Eu pergunto ao senhor: quais foram as medidas tomadas na sua gestão para neutralizar aqueles atos extremistas?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Quais atos? Porque aí eu acho que não está delimitado. O senhor fala a questão do acampamento ou está falando...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estou falando a partir de 31 de outubro.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – De 31 de outubro, porque ficou...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – No acampamento, teve o dia 12, tudo isso.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Então, vamos lá. Vamos pelos fatos. A questão do próprio acampamento, como eu disse ao senhor, nós acompanhamos desde o início a questão do acampamento. No início, nós pensávamos que fosse uma manifestação comum, como é feito. Em Brasília, o palco das grandes manifestações, nós temos um protocolo e a gente atua. Só que esse acampamento se deu dentro da área militar. Durante todo o período em que ele estava... Inclusive, alguns Parlamentares aqui nos procuraram, por diversas vezes, até nos cobrando: "O que vocês estão fazendo?" O Deputado Fábio Félix esteve comigo também e outros Deputados colocavam: "O que vocês estão fazendo?" Eu falava: não, a gente tem insistido, tem feito gestões para que a gente possa desmontar. Foi solicitado. Isso está formalizado, porque foram emitidos ofícios ao Governo do Distrito Federal e à Secretaria de Segurança Pública, para que se prestasse apoio. Por alguns momentos, nós chegamos a colocar à disposição do Exército Brasileiro, do Comando Militar do Planalto, a estrutura do GDF, para que pudéssemos desmobilizar o acampamento, como eu disse para o senhor, de forma pacífica, para que fossem desmontadas as estruturas, para que fosse prestada a segurança. Quando a gente coloca um aparato policial daquele, é para que a gente possa prestar segurança aos próprios servidores do GDF que iriam desmontar ali, do DF Legal. Então, a gente acompanhou durante todo o tempo, viu, Deputado? E a todo momento a gente vinha, tentava fazer gestões por mais de uma vez. Eu também tentei. A própria Secretaria de Operações Integradas estava sempre em contato com a parte operacional, para que a gente pudesse... E o monitoramento nosso era feito diário lá. Diariamente, nós fazíamos sobrevoo com os drones. A gente tinha as imagens, tínhamos as imagens. Fizemos a contenção, também, de veículos que chegavam, para que não ficassem circulando pela cidade. Tivemos esse cuidado para que não houvesse, ali, um problema maior na cidade. A questão do dia 12 é o que falei para o senhor: realmente, o dia 12 não era um ato que era controlado pelo GDF, pela Secretaria de Segurança Pública, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, não é? Ele decorreu de um ato de prisão do – como eu falei – próprio índio. E, a partir dessa prisão, foi que houve a questão do distúrbio no centro da cidade. Assim que a gente tomou conhecimento de que havia necessidade da contenção desse distúrbio, nós acionamos toda a estrutura que nós tínhamos para que a gente pudesse conter ali esse distúrbio que estava no centro da cidade. E assim foi feito. Ali, quando, por volta de meia-noite, meia-noite e trinta – eu ainda estava lá, eu saí praticamente era uma e meia da manhã, quinze para as duas –, ali, já tinha sido dispersado, já não tinha mais aquele distúrbio no centro da cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas ninguém foi preso, não é?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Nesse dia, não, Deputado. Ninguém foi preso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quais informações a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF detinha sobre os acampados no quartel-general? E quais informações foram passadas pela sua equipe à equipe que estava chegando na pasta, principalmente ao Dr. Anderson Gustavo Torres, ao Delegado Fernando de Sousa Oliveira e à Delegada Marília Ferreira de Alencar?

Eu estou perguntando isso para o senhor, porque o Fernando de Sousa Oliveira, sentado nessa cadeira aqui, disse que não recebeu informação nenhuma e, muito menos, recebeu o cargo de secretário. O senhor acha plausível que um secretário viaje para os

Estados Unidos e para quem deveria substituí-lo não é repassado o cargo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, com relação à questão das informações que foram repassadas. Com relação ao acampamento, nós fazíamos – e eu disse ao senhor aqui também – o acompanhamento diário do que acontecia. Passamos diversas informações, até mesmo porque a gente recebia também determinações, requerimentos, da própria Justiça, que vinha acompanhando os diversos atos. Então, nós tínhamos ali a relação de veículos que ali chegavam. Fazíamos o acompanhamento também do próprio avanço, com as imagens. Por diversas vezes, isso era informado ao governo e informado à Justiça também. Todas as vezes em que a gente tinha concentração grande de pessoas no final de semana, caravanas que vinham de fora, nós fazíamos o controle desses veículos que chegavam. Aquela quantidade de caminhões também, a gente fazia o controle. Todo esse controle era feito pela Secretaria de Segurança Pública e pelos órgãos de segurança. Então, nós fazíamos o controle geral disso. Com relação à questão da passagem. Foi feito, foi elaborado um relatório de gestão de toda a gestão, desde que eu tinha assumido a secretaria – de março de 2021 até o dia 1º de janeiro de 2023. Então, eu elaborei essa questão com a minha equipe, um relatório da nossa gestão. E, além disso, nós trabalhamos também um plano de ações para os próximos quatro anos. Isso foi feito no âmbito do Governo do Distrito Federal. Inclusive, passamos mais de um mês... Passamos um mês ali, no CICB, fazendo esse planejamento, diversas ações já planejadas para os próximos quatro anos. E esse caderno, ele foi transmitido – tanto por via SEI, quanto impresso –, foi deixado ao secretário que assumia, a equipe que vinha assumir, assim como foi dado conhecimento, também, tanto à Casa Civil quanto ao Governador do Distrito Federal, quando eu estava saindo do cargo, até por prestação de contas. Isso foi feito. Eles já tinham conhecimento, lógico, o governador acompanhava o tempo todo. E o plano também fiz questão de deixar registrado com as ações futuras do que ali deveria ser feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que a gente vê é que foi tudo planejado e nada executado no dia 8. Isso que é preocupante, Sr. Júlio. Tudo foi planejado. Foram quatro anos de planejamento para segurança e afundou tudo no dia 8.

O senhor e sua equipe trabalharam nas investigações para qualificar e individualizar extremistas e financiadores que depredaram prédios públicos no dia 12 de dezembro de 2022. Foi constatado, durante o trabalho de inteligência conduzido por sua equipe, que tais extremistas estavam dispostos a tomar o poder e invadir prédios públicos – é uma pergunta, mas eu prossigo. Diante da depredação a prédios públicos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022, era possível prever, diante do acampamento por extremistas em redes sociais para a tomada de poder, que poderiam ocorrer invasões e depredação de prédios públicos novamente. O senhor não estava lidando com manifestantes comuns, sindicalistas que fizeram muitas manifestações; o senhor estava lidando com extremistas, com terroristas. Que medidas vocês tomaram para impedir que isso acontecesse?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Com relação ao dia 8, eu acho que eu não devo me manifestar, mesmo porque não estava. Não participei nem do planejamento nem das ações do dia 8. Eu não estava aqui, na Secretaria de Segurança Pública, não é? Com relação à questão das investigações, é bom que a gente deixe claro – eu já tinha dito aqui também –, a Secretaria de Segurança Pública, ela é responsável pela definição de toda política pública de segurança e, em conjunto com os órgãos, com as forças de segurança, executa esses planos. Quando a gente trata de investigação, investigação é uma atividade exclusiva da Polícia Judiciária – no caso do Distrito Federal, Polícia Civil; no caso do âmbito federal, Polícia Federal. A Secretaria de Segurança Pública não desenvolve investigações, até mesmo porque a gente tem que separar mesmo a própria atuação do que seja definição de política pública e a atuação de investigação de Polícia Judiciária. Então, todas as investigações relacionadas a esses atos para responsabilização criminal foram realizadas pela Polícia Civil e pela Polícia Federal, não é? Quando eu saí da secretaria, no dia 31, essas investigações ainda continuavam, tanto que ocorreram depois outras fases ali e alimentaram a própria investigação que está em andamento no Supremo Tribunal Federal, que acabou até avocando também aquilo que vinha sendo feito pela Polícia Civil, aqui, no âmbito do Distrito Federal. Então, esses... com relação à conclusão da questão dos atos, da identificação dessas pessoas, do que estava ali, realmente isso ficou da investigação, não estava sob a minha responsabilidade

direta na Secretaria de Segurança Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Com a sua volta à Polícia Federal e com a experiência que o senhor tem daqui, do Distrito Federal, o senhor foi convidado pela equipe que está investigando os atos terroristas a colaborar nessas investigações ou não?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, não, não, Deputado. Na Polícia Federal, até mesmo eu acho que por essa questão de eu estar aqui, tudo isso, e ter uma equipe exclusiva que trata disso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só eles tratam?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eles tratam. É uma equipe que faz parte de uma área lá, de uma coordenação de inquéritos especiais que trabalha muito nessa questão dos tribunais superiores. Eu retornei à minha unidade de origem ali. Então, hoje estou trabalhando na Coordenação-Geral de Repressão a Drogas, Armas, Crimes contra o Patrimônio e Facções Criminosas, em que não é essa a situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É, mas o senhor está atuando com facções criminosas. Caberia perfeitamente investigar essa facção também que era aquele acampamento.

Dr. Júlio, o senhor que comandou a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e coordenou com sucesso várias manifestações, poderia nos falar, baseado em sua experiência, onde ocorreu a falha, ou falhas, no planejamento, na coordenação ou no teatro de operações no dia 8 de janeiro de 2023?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, eu costumo dizer que ser engenheiro de obra pronta é mais fácil. Depois que a situação está posta ali, acaba que você fazer uma análise fria da situação é sempre mais fácil.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu estou perguntando isso ao senhor, porque o governador disse que teve um apagão. Eu quero descobrir que hora desligaram o disjuntor para que tivesse esse apagão.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O que eu posso dizer, até com relação a isso...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Diversas vezes, me manifestei nesse sentido. Aqui no DF, tanto a Secretaria de Segurança Pública quanto as forças de segurança têm uma grande experiência no acompanhamento, na gestão, na segurança de grandes eventos, de manifestações. Nós temos um protocolo próprio. Inclusive, o Deputado Fábio, numa situação, até falou assim: "Secretário, a secretaria vem conduzindo, lá atrás?", porque vinha, há dois, três anos, sem a gente ter nenhum tipo de violência, de contenda ali, até mesmo numa negociação com os manifestantes. O protocolo nosso envolvia muito chamar aqueles manifestantes que iam realizar a manifestação, as lideranças, até para que a gente pudesse saber: "Os senhores vão utilizar carro de som? Quantas pessoas estão previstas? De onde essas pessoas vêm? Vão montar estrutura? Não têm estrutura?" Então, era um protocolo que acabou se consolidando. Tanto que essa relação da secretaria com os manifestantes aqui do DF.. Boa parte dos manifestantes, nós já os conhecíamos também, porque eles estavam sempre na secretaria. Havia essa questão toda. A questão do acampamento, eu vi que tinha muita gente de fora. Nós colocamos isso aí. Tanto que eu acho que no número de prisões que foram realizadas lá no dia dos atos, no dia 8, tinha um número percentual muito grande de pessoas de fora do DF, do que daqui do DF. Acho que numa proporção aí de 70/30 ou 80/20 mais ou menos. E até mesmo uma própria dispersão, não sei a identificação de liderança e tudo isso. Eu acredito que o planejamento deva ter sido feito. Eu não estava nesse dia 8, não posso dizer o que deu certo ou não, o que deu errado. Eu não sei realmente, no palco de operações – até por não estar presente, não fazer a análise ali do *the briefing* que a gente costumava fazer também para analisar e até para poder avaliar –, o que foi que deu errado naquele dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas deu, não é?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não tenho condições aqui, até de forma técnica, de poder fazer essa avaliação aos senhores, realmente, de qual foi o erro daquele dia, o que possa ter dado errado. Eu acho que após a condução de uma investigação mais profunda, ouvindo diversas outras partes, a gente vai ter condição de chegar a essa conclusão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Hermeto, V.Exa. está com a palavra para sua inquirição.

DEPUTADO HERMETO – Bom dia, Secretário Júlio. Antes de fazer algumas perguntas, eu vou, como na fala antefinal do Deputado Chico Vigilante, dizer do êxito do trabalho do doutor. Eu quero parabenizá-lo por todo o trabalho à frente da Secretaria de Segurança Pública, pelo grau de reconhecimento das nossas instituições, pelo respeito que a tropa tem pelo senhor por ter conduzido a secretaria com maestria!

Eu tento fazer esse relato porque eu me reuni com o Secretário Júlio uma, duas, três, dezenas, centenas de vezes talvez. Centenas, não, mas dezenas. O senhor sempre comprometido. Eu era um que torcia para o senhor continuar. Eu lhe confidenciei várias vezes, liguei, dizendo...

O senhor conhece bem as instituições. O senhor conhece bem a Polícia Civil, especialmente conhece a Polícia Militar a fundo. O senhor tem amigos, hoje, na Polícia Militar. Amigos!

Eu quero fazer esta pergunta para o senhor: no dia 8, na sua opinião, conhecendo a instituição, o senhor acha que a Polícia Militar, naquele dia, facilitou, ajudou, contribuiu direta ou indiretamente para as invasões daqueles bandidos no dia 8? Emendando: como o senhor conhece a instituição, conhece o grau de comprometimento da Polícia Militar, eu queria que o senhor discorresse sobre isso. Vou emendando dizendo o seguinte: o Secretário Capelli disse no relatório dele que a Polícia Militar, foi como se ela fosse para um matadouro naquele dia para serem executados. Isso está no relatório do Secretário Capelli.

Então, eu queria que o senhor discorresse sobre isso pelo conhecimento que tem das instituições, se a Polícia Militar facilitou ou se ela foi vítima.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Hermeto, primeiro quero agradecer a deferência. Acho que vai muito mais pela amizade, o reconhecimento, do que eu... Realmente, nesse período em que eu estive nessa missão, na função de Secretário de Segurança Pública, fazia questão, Deputado Chico Vigilante, de estar próximo às forças de segurança. O Deputado Hermeto já me encontrou diversas vezes. Nós tínhamos um projeto chamado Cidade da Segurança Pública, com o qual nós andávamos pelas cidades, pelas nossas regiões administrativas e fazíamos questão de ir à delegacia de polícia, aos batalhões da Polícia Militar, aos GBMs do Corpo de Bombeiros, às unidades do DETRAN também para conversar com os policiais, para poder conhecer a estrutura, para poder ouvir também dos nossos policiais, até conhecer... A pessoa que está ali naquela região é que conhece como realmente a criminalidade atua ali, quais são as demandas, conhece também como é a estrutura. Então, durante esse período, para mim, foi muito enriquecedor. Eu conheci e tive a oportunidade de conhecer parte – não digo que conheci tudo, não, mas conheci bastante. Conheci diversos policiais, bombeiros, agentes do DETRAN e policiais civis pelo nome. Fui sempre muito bem recebido. Como eu disse, foi muito enriquecedor, engrandecedor para a minha carreira. Eu sou um grande admirador e defensor das forças de segurança do Distrito Federal. Não tenho dúvida nenhuma de que nós temos... Eu tive a oportunidade, também, enquanto Secretário de Segurança Pública, de ser Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública. Por ser Delegado da Polícia Federal também, ter atuado e atuar no Brasil como um todo, não tenho dúvida nenhuma de que as nossas forças de segurança do DF, se não são as melhores forças de segurança, estão entre as melhores forças de segurança, seja a Polícia Militar, pela sua atuação, pelo comprometimento; seja a Polícia Civil, com alto índice de resolução de casos. A Polícia Civil tem o maior índice de resolução de homicídios do Brasil, isso por um protocolo desenvolvido. Então, o Distrito Federal realmente possui forças de segurança de excelência. O Corpo de Bombeiros Militar, as técnicas que utiliza, o tempo-resposta sempre abaixo dos oito minutos, que é o tempo que nós temos para

que possamos ter sucesso. Eu faço toda essa introdução para dizer que acho que as instituições, as forças de segurança pública do Distrito Federal são instituições sérias, são instituições que atuam, sim, de forma correta, que têm protocolo de atuação, possuem profissionais comprometidos. Eu acho que realmente a gente chegar e dizer que uma instituição foi responsável ou não por um ato, e isso comprometer a instituição como um todo, acho que não seria o correto. Agora, se houve a atuação deliberada de um membro ou outro, de um servidor ou outro dessas forças, isso deve ser apurado. Eu acredito que isso, sim, pode ter ocorrido, seja por um ato doloso – que não sei se vai ser ou não constatado durante a investigação –; ou por um ato culposo de negligência, de imprudência no momento; ou até de imperícia também, de falta de conhecimento e técnica para poder atuar em um determinado momento de contenção. Então, a resposta é no sentido de que eu confio nas forças de segurança. Diversas vezes declarei isso. Inclusive, após os atos do dia 12, disse isso, em público, no Buriti. Falei: eu tenho total confiança nas forças de segurança do Distrito Federal. Agora, se houve erro, se os erros ocorreram, nós vamos detectar, identificar os responsáveis – e que eles sejam punidos.

DEPUTADO HERMETO – O senhor concorda que o efetivo que havia naquele dia, se o senhor ainda fosse Secretário de Segurança no DF, era muito pequeno para tamanha manifestação; e que, até a rodoviária, eram manifestantes; depois da rodoviária, eram criminosos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Hermeto, eu não tenho como fazer juízo de valor com relação à questão do quantitativo, porque não tive acesso ao planejamento nem à quantidade de policiais. O que eu posso dizer é que, no protocolo que sempre colocávamos, tínhamos cuidado, dependendo da quantidade de manifestantes que fossem participar. A gente fazia esse acompanhamento durante os dias que antecediam e até as horas também, para que a gente pudesse realmente ter à disposição ali não só aquele efetivo ordinário, que é o efetivo do policiamento comum que fazia o acompanhamento, mas a própria questão do especializado próximo. Então, a gente tinha todo esse cuidado de acompanhar para que a gente, de nenhuma forma, pudesse ser surpreendido. Mas eu não tenho condição de dizer ao senhor se o efetivo era reduzido ou não era. Não tive acesso, não participei do planejamento. Não posso fazer juízo de valor com relação a isso.

DEPUTADO HERMETO – O senhor acha que no dia 12, quando os vândalos atearam foto, queimaram ônibus, se tivesse havido uma posição mais firme ou prisões ou indiciamentos, de certa forma, isso desencorajaria os atos do dia 12?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Do dia 12?

DEPUTADO HERMETO – Não. Do dia 8. Desculpe. Recapitulando, no dia 12, houve todo aquele estardalhaço na diplomação do Presidente Lula. E o fato de não terem ocorrido prisões, de não ter feito muito forte, ou seja, não tenha tido... Isso encorajou os atos do dia 8?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu acredito que não haja relação de causa e efeito com relação a isso, porque as prisões em decorrência dos atos do dia 12 ocorreram, inclusive, antes da posse, antes do dia 1º, e foram realizadas pelas forças de segurança em decorrência das investigações do dia 12. Como eu disse, já no dia 13, nós nos reunimos aqui na Secretaria de Segurança Pública. Eu convoquei a Polícia Civil e a Polícia Militar e convidei a Polícia Federal para participar conosco. Foi feita uma reunião, nós traçamos ali um plano de atuação daquilo que podia ser feito. A Polícia Militar trouxe diversas informações e aí, sim, as polícias judiciárias tanto da União – a Polícia Federal –, quanto do DF – a Polícia Civil – passaram a investigar, e essas prisões foram realizadas. Então, ou seja, houve a atuação antes, inclusive, do dia 1º. No dia 1º de janeiro nós prendemos ali responsáveis que atuaram naquele dia 12. Outras pessoas foram indiciadas; inclusive, atuamos de forma incisiva. Me recordo bem que no dia 24 – era véspera de Natal – nós passamos o dia inteiro trabalhando – a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal –, porque houve aquela questão do explosivo que foi colocado lá no aeroporto. Nós atuamos ali. Foi um trabalho exemplar da Polícia Civil do Distrito Federal, que, em um prazo de menos de 24 horas, identificou quem estaria envolvido com aquilo ali e realizou a prisão deles ainda no final daquele dia. Tanto que você vê que, no dia 1º, o que a gente realmente tinha ali foi posterior a esse fato, e, realmente, no

dia da posse, as coisas transcorreram com tranquilidade.

DEPUTADO HERMETO – O Comandante-Geral, o Coronel Fábio, foi uma escolha do senhor?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O Coronel

Fábio Augusto, né? Vamos explicar como se deu a escolha do Coronel Fábio. A escolha do comandante é sempre uma escolha do Governador do Distrito Federal. É ele quem nomeia. O senhor sabe que, por diversas vezes, às vezes, as pessoas me questionavam. Quem define quem será o comandante da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, o diretor-geral é o comandante-chefe das forças, que aqui é o Governador do Distrito Federal, mas eu tenho o dever e a obrigação de assessorá-lo. Ele sempre me ouviu e me escutou. Não só a mim quanto a outros assessores também. Sem dúvida de que era decisivo quando a gente chegava e colocava. O Coronel Fábio Augusto era o Subsecretário de Operações Integradas da Secretaria de Segurança Pública e ele sucedeu o Coronel Márcio Vasconcelos, que também havia sido Subsecretário de Operações Integradas. Então, o Coronel Márcio Vasconcelos iria deixar o comando em março para poder disputar um cargo público, e nós fizemos, então, a condução. No momento que se decidiu pela substituição e que ele seria substituído, eu levei o nome do Coronel Fábio e também de outros coronéis, porque a gente tinha de ter opção, mas era o nome, sim, da preferência da Secretaria de Segurança Pública, da minha pessoa, por quê? Por questões técnicas. O Coronel Fábio Augusto, por ter sido o Secretário de Operações Integradas, tinha esse conhecimento global da atuação integrada das forças de segurança – é fundamental que as forças de segurança trabalhem de forma integrada, e teria facilidade no comando da força. Eu tinha certeza de que desempenharia um bom trabalho, por essa experiência que tinha anteriormente.

DEPUTADO HERMETO – Muito boa essa pergunta. Eu vou me aprofundar um pouco nela porque o Coronel Naime, que esteve aqui, disse que há interferência política dentro da instituição.

Eu estou Deputado, mas todo mundo sabe da minha origem: sou subtenente da Polícia Militar, da reserva. Fiquei trinta anos na Polícia Militar. Tenho uma atuação muito forte na região de Candangolândia, Bandeirante, Riacho Fundo, porque ali eu cresci, ali eu fiz a minha trajetória política.

É comum – viu, Deputado Chico Vigilante? –, quando nós Deputados temos uma cidade com a qual nos identificamos muito, principalmente politicamente – e o senhor sabe disso, Secretário Júlio –, alguns comandos de unidades nos procurarem. Já procuraram alguns Deputados aqui, não é? A Deputada Jaqueline Silva sabe disso, porque ela tem uma atuação muito forte em Santa Maria. Alguns comandantes têm afinidade com o Deputado, chegam para o Deputado, e o Deputado sugere o nome.

Eu pergunto ao senhor: isso é interferência política, isso atrapalha o trabalho da secretaria? Falam em interferência política como se o Parlamentar interferisse no trabalho. Então eu gostaria que o senhor discorresse sobre isso.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Hermeto, o senhor acompanhou todo o período que eu estive na secretaria, e uma das características que eu tinha e gostava de ter era que, durante a nossa gestão – e isso o próprio governador também sempre deu muita liberdade para que a gente atuasse –, é que o comandante comandasse. E eu falava: “O comandante comanda, o delegado-geral dirige”. É quem determina de forma técnica o andamento da força de segurança. As políticas públicas de segurança eram definidas no âmbito da secretaria. Eu fazia questão que fosse feita de forma participativa. Era feita sempre com muita discussão a construção daquelas políticas, dos programas, dos projetos a serem desenvolvidos. E assim foi feito o planejamento também para os próximos quatro anos. É lógico que demandas chegam. O ente político do DF, que é o governador, ele recebe diversas demandas que chegam ali. São solicitações que muitas vezes vêm ou de uma administração, que vêm de um Parlamentar. E mais uma vez eu digo aqui: quem nomeia e quem define é sempre o Governador do Distrito Federal, ouvindo a sua assessoria. Então, por vezes chegava... o comandante mesmo trazia alguns nomes, e, ali, ou era submetido ao próprio comando, que fosse, ali, a mudança, e a gente avaliava: havia a necessidade ou não da troca

daquele comando, naquele momento? Muitas vezes eu não concordava. Quando chegava, eu falava: "Eu acho que está fazendo. Agora, se o senhor demonstrar para mim que tem necessidade, a gente vai trocar, não só dos comandos de áreas, como de especializados também." E por vezes a gente tinha que fazer mudanças, porque às vezes a gente trazia alguém. A secretaria... Às vezes, eu precisava de uma pessoa especializada em trânsito, então identificava um oficial ou um praça que fosse bom, e eu tinha uma função, a gente trazia ali, não é? Agora, avaliar se havia interferência política ou não... Como eu disse: dentro da minha gestão, eu prezava sempre pela parte técnica, ouvia sempre os comandantes. E o senhor sabe, por diversas vezes eu falava: "Quem comanda é o comandante". E, quando eu achava que poderia alguém ali "Ah, não, queria isso, queria...", eu falava: "Gente...". E, sempre com o diálogo, a gente fazia uma construção muito boa. Eu acho que ouvir as sugestões... Mais uma vez eu digo, como eu disse no início da minha fala anterior: nós andávamos muito pelo Distrito Federal, eu estava sempre nas regiões administrativas, conversava muito com os administradores e falava: "A ponta de lança do governo é o administrador". Ele está lá, e, se ele não tiver apoio dos secretários, das empresas públicas, ele se enrola. O senhor foi administrador, o senhor sabe disso. Eu tinha um respeito tremendo pelos administradores e pelos comandantes de área. Às vezes, traziam demandas; às vezes, a gente concordava; às vezes, a gente não concordava. Era feita muitas vezes, sim, uma construção de ouvir, porque realmente, às vezes, ele tinha razão, e a gente sentava. Às vezes, por mais que o comando, às vezes: "Ah, não. Eu acho que não." "Mas olhe aqui: está dando resultado, nós estamos tendo problema? Então, vamos conduzir uma mudança nesse sentido."

DEPUTADO HERMETO – Então, a interferência política não atrapalhou os trabalhos do senhor em nada disso. Eu queria que o senhor deixasse isso claro, porque transpareceu aqui que havia uma interferência política, porque aconteceram os atos do dia 8, que contribuíram...

Repito: sugestão não quer dizer indicação – não é verdade? –, do jeito que o senhor está falando aí. Não havia interferência política.

Algum Parlamentar ou alguma pessoa chegava e dizia: "Eu quero esse nome"? Alguém já impôs isso ao senhor?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, às vezes até chegar... É como eu disse para o senhor: muitas vezes vinha a sugestão de um nome que pudesse vir – não só para mim, quanto para o próprio governador –, um pedido. Quantos pedidos nós recebemos? E o governador, então, todos os dias recebe pedidos. Mas daí a isso aí se configurar numa mudança ou não, é uma outra situação. O senhor sabe muito bem. A gente sempre atuou de forma muito técnica. Essa foi uma marca da nossa gestão na secretaria. Eu digo aqui: o Governador Ibaneis sempre deu muita liberdade para que nós atuássemos. Lógico que tinha situações que nós nos reuníamos, ele trazia certas questões. Sempre me ouviu, eu ponderava, mas a decisão, a última palavra era dele. Às vezes, eu era ouvido na grande maioria, e outras não, porque realmente existem decisões que elas, ainda mais na função que ele desempenha, são decisões políticas. Muitas vezes, sim, porque, politicamente... E que não interfere no operacional, deixo isso claro, porque, se fosse interferir, não poderia ser aceito de forma nenhuma. E de situações que você ouve que... Ele ocupa um cargo político, age de forma política, e a decisão final é dele. Agora, com relação à questão do dia 8, se houve interferência ou não, eu não estava no dia 8. Mais uma vez, eu falo: não posso me comprometer com relação a isso. Mas, durante a nossa gestão, o senhor sabe que não, mesmo porque, se houvesse dessa forma e eu achasse que fosse interferir, de alguma forma, na atuação nossa, não seria aceito.

DEPUTADO HERMETO – O senhor teria falado. É muito importante essa resposta do senhor.

Inclusive, quero confidenciar à CPI que, quando o senhor escolheu e levou para o governador o nome do Fábio, que é um excelente oficial, eu lembro que conversei com o senhor, que disse: "Que bela escolha". E digo mais, o Coronel Fábio Augusto, que ficou ensanguentado no dia 8, que trabalhou e foi – não vou questionar o ato do Ministro Alexandre de Moraes – preso, essa situação por que ele passou... O senhor sabe que ele cumpriu e cumpre com o dever dele acima de tudo. Não vou questionar a ordem do ministro, a prisão, mas digo para você que ele cumpriu e é um oficial extremamente admirado pela

tropa. Não é verdade, secretário?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Só um minuto. Deixe o secretário falar, por gentileza.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É verdade, Deputado Hermeto. O Coronel Fábio, como o senhor falou, se eu não o confiasse, não o conhecesse, não o haveria indicado, quando foi. Relatei aqui o histórico por que foi feita a escolha dele e conduzida sempre de forma técnica. Um profissional sério, com uma carreira irreparável dentro da Polícia Militar do Distrito Federal, com uma carreira e uma atuação admirável não só por parte dos seus pares na secretaria, quanto na própria Polícia Militar. Eu acredito que, durante até a apuração dos fatos, que, num primeiro momento, realmente, aí como o senhor falou, a gente não questiona o ato do ministro, se determinou ou não.

Ele por ser o próprio comandante...

DEPUTADO HERMETO – Estava à frente da tropa.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Estava à frente, como o senhor falou. Inclusive, foi à época até atingido; foi, mas esteve até o final, até o último minuto da manhã, até à noite lá, quando se teve... E eu acredito que, durante a apuração, vão se esclarecer e vão se verificar as responsabilidades. Quem foi, realmente, que atuou de forma correta ou incorreta ou para a consecução dos atos. E, com relação a ele, fica esse registro, sim, da nossa confiança, da nossa admiração.

DEPUTADO HERMETO – Eu tenho mais duas perguntas, duas colocações. E eu vou pedir só um pouquinho de paciência.

Secretário, o senhor foi elogiado na posse do Presidente Lula por todos, até pelo Governo Federal. O Ministro Flávio Dino elogiou o senhor, todos! Tamanho foi o aparato, transcorreu tudo bem na posse do Presidente. Falando isso, depois o senhor sai no dia 2. O senhor acha que... Janeiro é um mês atípico, né? É um mês de férias e tal. O senhor acha que, depois da posse, dia 1º, o senhor sai e houve um certo acomodamento, ou seja, assim: "Não vai acontecer mais nada, o que tinha de acontecer ia acontecer no dia 1º"? O senhor acha que isso, de certa forma, deixou a segurança desguarnecida, a palavra certa. Quem tinha que planejar a segurança pública, a inteligência, tudo isso? Houve um certo relaxamento? Ou seja: "Vamos entrar de férias e tal, o que tinha que acontecer não aconteceu. Nós fizemos tudo certinho no dia 1º".

O senhor acha que isso aconteceu?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – A questão da posse, é bom a gente até fazer um aparte, se o senhor me permite, até para que a gente possa construir o histórico disso, né? Assim que saiu o resultado da eleição, eu... Após o dia 30 de outubro, a gente vem ali com o mês de novembro e já se inicia a questão da própria transição de governo no Governo Federal, e aqui também a gente já trabalhava a nossa transição também, trabalhando a questão do plano de governo.

E eu fui procurado nesse período. Até mesmo porque quem estava à frente da segurança do Presidente Lula, nós já nos conhecíamos há bastante tempo, éramos colegas, também, delegados da Polícia Federal, e solicitaram ao Distrito Federal e à equipe de transição, também, todo o apoio para que nós fizéssemos, primeiro, a segurança do Presidente Lula no período em que ele estivesse em Brasília. E segundo, para que a gente pudesse apoiar, também, no planejamento da posse. Porque as forças de segurança do DF possuem – apesar de que a coordenação não era nossa, era da Polícia Federal – a *expertise* que se conhece com grandes eventos, com a questão da própria segurança ostensiva.

Então, foi feito todo um processo de planejamento. Nós tivemos aí mais de trinta, quarenta reuniões envolvendo órgãos federais, as forças de segurança do DF, Polícia Federal, o próprio GSI, Polícia do Senado, Polícia da Câmara, Supremo, TSE, todos envolvidos nesse planejamento que culminou no dia 1º, no dia da posse, com a execução desse planejamento de segurança. Um aparato grande, com envolvimento de todas essas instituições e, graças à atuação de todos, e graças a Deus, nós tivemos ali um dia tranquilo, de muito trabalho, mas

um dia tranquilo com relação à questão de segurança e que exigiu demais das forças de segurança, tanto do DF, quanto das forças federais.

Aí, o segundo questionamento que o senhor me traz é se houve o relaxamento

ou não houve, mais uma vez, um acomodamento – eu me furto a dizer... Porque eu já não estava mais na Secretaria de Segurança Pública. Seria leviano da minha parte dizer se houve ou não houve, eu não estava mais acompanhando no dia 2. Ou seja, dia 1º houve a posse, e no dia 2 já foi publicada a minha exoneração. Nesse próprio dia eu retornei à Polícia Federal, eu me apresentei à Polícia Federal; e, no dia 3, já estava trabalhando lá na Polícia Federal. Então, realmente não acompanhei esse processo ali de planejamento para o dia 8.

DEPUTADO HERMETO – Para encerrar, vamos para o acampamento. Para encerrar, Deputado Chico.

O senhor disse que a polícia era praticamente impedida de agir lá. Eu não conheço muito a legislação em relação ao território do Exército, da área, mas me parece que é uma embaixada, não é, Presidente? Parece que é território que ninguém pode entrar! Como se fosse uma embaixada de um país. Então, o senhor não podia...

O Coronel Naime disse aqui que havia tráfico de drogas, que havia um monte de coisas lá. Então, a polícia era impedida de entrar. E isso alimentava o acampamento cada vez mais. Como diriam, isso ia engrossando o acampamento, porque 70% era de fora.

O senhor chegou a sentir, como secretário, ou perceberia um confronto, se houvesse, como foi colocado aqui pelo Coronel Naime? Porque houve até posicionamento de tropa! Ou seja, o confronto entre a Polícia Militar e o Exército brasileiro, tamanha era a situação que nós estávamos vivendo.

O senhor, como Secretário de Segurança Pública, temeu esse confronto? O senhor sentiu isso? Porque o senhor não podia atuar lá! O senhor não podia chegar lá e meter a tropa: "Vamos tirar todo mundo". Porque tinha até rondas do Exército lá dentro, pelo que me consta. Oficiais do Exército que ficavam lá patrulhando, tirando e dando chave de estrela na Polícia Militar! Chave de estrela, no jargão militar, porque eles falam que a Polícia Militar é força subalterna – subalterna, não, auxiliar –, é força auxiliar do Exército. Então, tem muito disso.

O senhor temeu um confronto? O que o senhor acha que aconteceu? Porque a gente tinha tráfico de drogas, tinha tudo lá dentro, e a gente não podia entrar!

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Hermeto, como eu disse aqui, a gente tentou atuar diversas vezes, a gestão era sempre feita para que a gente pudesse atuar. Ali, realmente é área militar, tanto que o setor chama Setor Militar Urbano, área sob a jurisdição militar. Inclusive, crimes que possam ocorrer ali possivelmente devam ser apurados por eles. A Polícia do Exército estava presente lá diuturnamente, tanto que diversos... O senhor me perguntou: "O senhor esteve lá?". Passava lá quase que diariamente, e por ali você sempre via... Ali tinha os soldados da Polícia do Exército, que estavam ali fazendo essa questão do policiamento ostensivo daquela área. Inclusive, acho que hoje, se a gente passar lá, a gente vai ver também que aquela área ali é área militar.

DEPUTADO HERMETO – É como se fosse uma cidade dentro de outra cidade.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É uma cidade dentro do território deles. Então, qualquer tipo de atuação... Se a gente fosse insistir em uma atuação de retirada dessas pessoas de lá, era possível que houvesse algum tipo de oposição, e ninguém ia fazer isso.

DEPUTADO HERMETO – Confronto.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É possível que pudesse. E eu sempre disse: a gente sempre atuou precedido de diálogo. A força é utilizada, sempre, como último meio para que a gente possa lograr ali. Então, primeiro a gente negocia, a gente identifica as lideranças, a gente vê o que é, para depois a gente atuar de forma mais incisiva, se assim fosse necessário. Nós nos propusemos, em alguns momentos, até a agir dessa forma que eu falei aqui. Por alguns momentos, algumas vezes – se não me engano, duas ou três vezes –, colocamos efetivo, o GDF colocou os nossos fiscais do DF Legal...

DEPUTADO HERMETO – E foi abortado?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – E foi abortado. E a gente não insistiu e não prosseguiu por quê? Porque poderia haver algum tipo de desgaste...

DEPUTADO HERMETO – Confronto.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – ... de confronto, e não era desejável para o Governo do Distrito Federal ter nenhum tipo de desgaste com forças federais ou o que seja nesse momento. Se pensou, inclusive, até outros meios de se buscar também, ali, que houvesse até um direcionamento mais incisivo de determinação, que veio sair depois, já no dia 8 para o dia 9, quando aí, sim, o Judiciário determinou o desmonte e a responsabilização de quem estava lá.

DEPUTADO HERMETO – Mas depois do dia 8.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Mas foi depois do dia 8. E aí você tinha uma decisão judicial para cumprimento.

DEPUTADO HERMETO – Eu vou encerrando dizendo uma coisa: aquele acampamento, como disse a Deputada Paula Belmonte, tinha muita gente orando, tinha gente de bem, tinha senhoras idosas, tinha tudo, mas tinha muito bandido ali dentro.

Deputado Chico Vigilante, para mim, na minha concepção, fica mais claro ainda: todo o planejamento dos bandidos saiu daquele acampamento. Tinha gente boa, orando, mas tinha uns bandidos – creio que com a conivência do Exército brasileiro, Deputado Chico Vigilante.

O Exército brasileiro... Eu, como Relator, digo: se a Polícia Militar fosse tirar aquele acampamento, iria haver mortes, iriam morrer policiais, porque o poder de fogo do Exército é infinitamente maior do que o da Polícia Militar.

Então, a cada dia que passa, esta CPI deixa mais claro que nós temos que convidar ou convocar os generais para falarem sobre isso aqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Hermeto.

O portal *Metrópoles* dá conta de operação da Polícia Federal hoje pela manhã e a prisão de um major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal que estava lá no acampamento.

DEPUTADO HERMETO – É um major da reserva?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É um major da reserva. Ele estava lá ensinando tática de guerrilha.

DEPUTADO HERMETO – Cláudio?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É esse cidadão.

DEPUTADO HERMETO – Eu conheço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pela ordem de chegada, está com a palavra agora, por vinte minutos, o Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Conforme pactuado, Sr. Presidente, na reunião passada, foram 25 minutos. Eu gostaria de continuar com esses 25 minutos, *ok?*

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – V.Exa. tem necessidade de 25 minutos?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu prefiro ter e sobrar do que não ter e faltar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estão concedidos os 25 minutos. Depois nós vamos ajustando.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Porque nem questão de ordem o Deputado está podendo fazer mais. Isso aqui é uma CPI, Sr. Presidente. Eu acho que a

questão de ordem não pode ser suprimida da voz do Deputado. Eu quero evocar aqui, em nome desta Casa, dos Parlamentares... Aqui é uma CPI. Eu sei que tanto V.Exa., como Presidente, como o Hermeto, como Relator, gozam de um tempo infinito para as vossas perguntas, mas eu quero evocar aqui: a questão de ordem é regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não era questão de ordem. V.Exa. estava pedindo aparte, e aí o Deputado Hermeto não concedeu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, eu estava pedindo questão de ordem. Eu não pedi aparte, não.

DEPUTADO HERMETO – Com licença, Sr. Presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A palavra está comigo. Eu gostaria que fosse mantida.

DEPUTADO HERMETO – O Presidente da CPI é ele. Eu não posso dar aparte.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deputado Hermeto, eu estou falando com o Presidente. Eu estou falando com ele mesmo.

DEPUTADO HERMETO – Não, mas tudo bem, eu estava com a palavra quando o senhor pediu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu sei.

DEPUTADO HERMETO – Quem diz quem tem que falar é o Presidente, não sou eu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito. Então, eu estou falando para o Presidente. Questão de ordem é regimental e um direito do Parlamentar. Eu só gostaria de registrar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Pastor Daniel de Castro, eu vou reestabelecer o tempo de 25 minutos para V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E, quando for pedir questão de ordem, eu vou seguir, religiosamente, o regimento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O regimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Cite o artigo do regimento para basear a questão de ordem.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Farei daqui para a frente com toda a alegria. Muito obrigado.

Dr. Júlio Danilo, obrigado pela sua presença aqui, corajosamente cumprindo o papel constitucional, com respeito a esta Casa. Sou advogado, deputado, pastor e admiro: V.Exa. foi o primeiro que chegou sem advogado, o que mostra a disposição de abrir a conversa, de encarar os Deputados e falar toda a verdade. Parabéns pelo seu trabalho.

Eu não tive essa oportunidade de ter contato com V.Exa., como teve o Deputado Hermeto, o Deputado Fábio Félix, mas tenho muitas deferências e estou com o seu currículo aqui na minha mão. Parabéns por essa brilhante carreira na Polícia Federal. Parabéns pela posse do Presidente Lula. Era a maior preocupação que eu tinha.

Nessa eleição passada, eu militei do lado da campanha do ex-Presidente Bolsonaro. Discordei de muita coisa, mas é o lado em que eu estava. Discordei do acampamento. Muitas vezes, a gente não tem voz extensiva para falar, porque eu acho que, quando você participa do jogo, você aceitou o jogo. Terminou o jogo, uns ganham, outros perdem, e 2026 vem aí! Se soubesse aproveitar a liderança, aproveitaria e voltaria com muito mais força. Não tenho dúvida.

Mas V.Exa. fez um trabalho brilhante, principalmente no que tange ao dia 1º de janeiro, porque era a minha grande preocupação. Muita gente em Brasília, mais de trezentas mil pessoas, segundo a imprensa, na posse do Presidente Lula, e o acampamento montado ali.

E preocupa-me, principalmente V.Exa., Presidente, quando insiste em dizer que ali havia terrorista, pautando-se como se juiz fosse, dando julgamento, já condenando todos. E eu vou dizer: são manifestantes. Quem vai dizer se lá havia criminosos, terroristas, seja o que for, é a Justiça deste País, em que eu confio, como advogado – falo novamente –, confio e confio muito. Tem feito um papel brilhante esse pilar da democracia do Brasil chamado Justiça. Por mais que, às vezes, questionemos algumas decisões... E somos livres para questionar, principalmente o advogado, que tem o múnus público, é um braço, é um *longa manus* da própria Justiça. Mas não são terroristas.

Essa fala minha vai ficar nos anais desta Casa. Porque a condenação foi generalizada, a prisão generalizada, mais de duas mil pessoas presas, Deputado Thiago Manzoni, e gente presa injustamente. E o futuro vai dizer, porque vai ter a individualização da conduta, vão ter que ser condenados alguns e outros vão ser liberados – e aí serão inocentes.

Mas o que me assusta – e aí eu faço um preâmbulo – é que, com o advento do dia 8, isso aqui virou um pandemônio mesmo. Isso aqui foi uma coisa horrível. Espero que nunca mais, na história desta Nação, a gente veja o que aconteceu. Prisão generalizada, governador afastado. Nada se comprovou contra ele.

O Rio Grande do Norte está pegando fogo, Deputado Thiago Manzoni, está pegando fogo! Será que é criminoso aquele povo que está lá também tocando fogo? Há uma prisão. Cadê a decretação de intervenção na segurança pública do Estado do Rio Grande do Norte? Por que o Presidente Lula não fez a mesma coisa? Por que a Justiça desta Nação não afastou a Governadora do Rio Grande do Norte?

Nós estamos aqui, Deputada Jaqueline Silva, diante de dois pesos e duas medidas. Que fique aqui registrado. O que serve para um serve para outro. E eu não vou chamar aqueles que estão lá de terroristas. O senhor é Delegado da Polícia Federal e sabe o que eu estou falando. Quem vai dizer é a Justiça.

O senhor coordenou a posse do Presidente Lula como Secretário de Segurança, correto?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – A parte da segurança (Ininteligível.).

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A parte de segurança. Aqueles manifestantes estavam lá no dia da posse? O senhor sabe dizer? Sejam os que estavam no QG, sejam os que vieram de fora?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Os manifestantes se concentraram... Inclusive, dei uma declaração pública disso quando a gente fez o planejamento, que a área destinada aos manifestantes que quisessem ali fazer qualquer tipo de manifestação em oposição ao ato de posse... A área destinada seria aquela área ali, próxima ao Setor Militar Urbano. E eles se concentraram lá, onde estava o acampamento. Dali, não saíram. Se saíssem, deveriam ficar ali, próximo, ao lado do Setor Militar Urbano. E ali permaneceram.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas é muito importante essa resposta do senhor. Eles estavam lá, em lado separado? Esses manifestantes estavam lá, no dia da posse, em lados separados?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Na Esplanada dos Ministérios, não. Eles permaneceram aqui, próximo ao acampamento. E foi dito lá, no dia, né? Não, não, não seria... Como não... O ato da posse, a festa da posse não é uma manifestação pública, né? Política, que é marcada. É uma festa da posse, uma cerimônia oficial, e, aí, não seria permitido, nesse dia, que fossem realizadas ali, agendadas, manifestações – sejam a favor ou contrárias, o que fosse. Mas quem quisesse participar – tanto, que foi aberto – poderia participar da festa da posse.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas, para todo efeito, foi uma posse extraordinária, pacífica.

O senhor considera aqueles manifestantes terroristas, como Delegado de Polícia Federal?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Daniel de Castro, eu também me

abstenho de fazer julgamento de valor com relação a isso. Como o senhor disse, existe um processo, existe um processo judicial em andamento, né? Está sendo verificada a própria ação e atuação daquelas pessoas que ali estiveram, e é fundamental e tem se procurado fazer isto: a individualização das condutas. Então, eu não creio que seria de todo correto eu me manifestar nesse... fazer juízo de valor nesse sentido.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas o senhor não está no processo e tal? Eu estou fazendo uma pergunta no campo individual mesmo. Fique à vontade para responder. Mas o senhor faz parte do processo. Como delegado de polícia, o senhor os considera terroristas?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Dessa investigação, eu não faço parte. Nisso aí, tem outros colegas que estão atuando no caso lá. Até disse, até fui questionado aqui, anteriormente – né, Deputado Chico Vigilante? – e me manifestei nesse sentido. Não faço parte das apurações relativas a esse... aos fatos do dia 8.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas são terroristas sem pistola, sem revólver, sem metralhadora, não é?

Tudo bem. Vamos lá!

No dia 12 de dezembro, manifestantes, vestidos de verde e amarelo, tentaram invadir o prédio da diretoria da Polícia Federal no Setor Hoteleiro Norte, região central da Capital Federal. Essa possibilidade de invasão havia sido monitorada pela Secretaria de Segurança Pública?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não havia sido monitorada anteriormente, porque, na verdade, isso decorreu, como eu disse... Foi um ato que se sucedeu logo em seguida a uma prisão que foi realizada, e nós não tínhamos conhecimento de que essa prisão seria realizada aquele dia, aquele horário e naquele local. Né? Essa convulsão que se deu ali foi motivada por quê? Como eu disse, pela prisão de um indígena. Esse indígena estava no acampamento. Esse indígena foi preso pela Polícia Federal e levado ao prédio da Polícia Federal, para ali ser ouvido, ser formalizado o ato da sua prisão. E as pessoas que estavam ali, participando com ele dos atos, acabaram indo à frente da polícia, do prédio da Polícia Federal. E aí acabou, depois, se sucedendo aquela convulsão ali, aquele quebra-quebra que se deu naquela região da cidade. E ela... Ou seja, não estava sendo acompanhada e monitorada pela Secretaria de Segurança Pública, porque foi um ato que decorreu realmente, ali, de uma... Que nós não tínhamos conhecimento da realização dessa prisão.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. Mas, entre o resultado da eleição e o dia 12 de dezembro, foi realizada reunião conjunta do PAI entre os órgãos do DF e o Governo Federal, para apurar alguma possibilidade de ato antidemocrático?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, nós acompanhávamos, como eu disse, tanto no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, quanto dos órgãos de segurança. Nós fazíamos o acompanhamento do próprio acampamento, mesmo porque nós éramos demandados pela Justiça, pelo Poder Judiciário, né? Por diversas vezes, o Ministério Público Federal nos demandou, o Ministério Público do DF. A Justiça também solicitou diversas informações relativas à questão... ao acampamento. Então, nós fazíamos, ali, o acampamento e atuávamos para que aquela... as manifestações que ali eram realizadas de forma nenhuma saíssem para a violência. Tanto, que eu relatei aqui. Você vê que nós tivemos a presença, no Distrito Federal, de diversos veículos que vieram de fora e foi feita toda uma coordenação para que fossem destinados para o local e não causassem nenhum tipo de transtorno à cidade. Então, aquilo que pôde ser feito pela segurança pública...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Dr. Júlio, só um minutinho. Essas demandas vinham do Comando Militar do Planalto, do Exército?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Algumas vinham do Comando Militar do Planalto, algumas vinham da Justiça – a própria Justiça, que apurava alguns atos que ali estavam –, do próprio Ministério Público e da própria atuação da segurança pública como um todo, né? Nós fazíamos o acompanhamento, ali, pela Secretaria de Segurança Pública, das manifestações que ali aconteciam. Mesmo para quê? Para que a gente pudesse, caso fosse

detectado algum tipo de necessidade de atuação...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de sugerir a esta comissão que requisitasse cópia de todos esses documentos, dos ofícios – seja do Governo Federal, seja do Comando Militar do Planalto – até por uma questão de amanhã a gente ter que individualizar essas condutas. Porque a gente sabe que, em um primeiro momento, a polícia tem pagado um preço extraordinário, como se fosse a única responsável.

Então, eu gostaria de requerer que esses documentos chegassem a esta CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Apresente um requerimento, e nós vamos submetê-lo à aprovação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O governo de transição, já constituído em novembro, participou, através de algum representante, da reunião na Secretaria de Segurança Pública? Se sim, qual tema foi abordado e quem participou?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – De qual reunião, Deputado?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O governo de transição, já constituído em novembro, participou dessas reuniões que havia na Secretaria de Segurança Pública, principalmente no que tange ao PAI?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Diversas vezes, o governo de transição... Houve... O governo de transição foi montado, essa equipe de transição do governo, com diversas frentes. A festa da posse, ela tinha ali a atuação de vários... seja na parte da cultura, na parte da organização, parte de limpeza. Então, o GDF também montou ali uma equipe que pudesse fazer frente a essas demandas. Quem até coordenava essa equipe, à época, era o Dr. Gustavo Rocha, nosso Secretário da Casa Civil, e a parte da segurança ficou a cargo da Secretaria de Segurança Pública. Nós atuávamos em duas frentes. A gente mantinha... Nós mantínhamos, ali, reuniões com a Polícia Federal e com a equipe de transição de segurança do próprio Presidente, para poder, ali, dar o suporte à Polícia Federal no que diz respeito à segurança pessoal do Presidente, e participávamos também, com diversos órgãos, do planejamento da cerimônia de posse, da segurança da cerimônia de posse, que envolvia os militares também. O próprio GSI participou dessas reuniões e Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, DETRAN, Polícia do Senado, Polícia da Câmara, ou seja, diversos órgãos participaram de diversas reuniões para a construção desse planejamento de atuação do dia de 1º de janeiro, da festa da posse, né? Da cerimônia de posse.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Foi o senhor que solicitou à PM que deslocasse tropas para controlar a situação com a aplicação das forças táticas e do Batalhão de Choque no dia 12? Foi V.Exa.?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu demandei ao Comandante da Polícia Militar que fossem adotadas todas as providências para que a gente pudesse reestabelecer a ordem. Ou seja, o comandante da polícia... Quem faz o direcionamento dentro da tropa... Eu não passava direcionamento diretamente à tropa. Mas, foi sim, foi passado. Como eu disse, eu relatei. Nesse dia 12 eu participava da posse, aqui ao lado, no Ministério Público do Distrito Federal, do Dr. Georges. Cerimônia que contava com a presença do governador, do comandante da PM, minha, de vários outros, o comandante do Bombeiro, e tomamos conhecimento naquele momento do que estava acontecendo. Então, na mesma hora, eu me retirei e chamei o comandante da PM. Ele também já havia sido acionado. E, aí, foi dada toda... foi dada a ordem: a gente precisa colocar efetivo suficiente, inclusive o especializado, para que a gente possa ali conter qualquer tipo de distúrbio que tenha na área, na área central. E, depois, permaneci durante todo o período também. Ele estava, o comandante da PM estava. O delegado geral não estava, porque estava doente, se eu não me engano, mas o substituto, o delegado-adjunto, estava presente. O secretário executivo... ou seja, toda a área central... de gestão central da segurança pública estava presente nesse dia para que a gente pudesse fazer a gestão da atuação contra esses atos no dia 12.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok.

Vossa senhoria pode confirmar se os manifestantes que atearam fogo em carros e

ônibus e tentaram invadir a sede da Polícia Federal eram de Brasília? E se eram os que estavam acampados no QG ou se eram de fora? Consegue?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Consigo, Deputado Daniel. Inclusive, fiz... Me manifestei nesse dia, no momento em que me foi em instado, autorizado pelo Governador do Distrito Federal, que foi... Concedi até uma entrevista esse dia, no final da noite, porque estava acompanhando diretamente... e até a declaração no momento, o quê? Que parte dos manifestantes que estavam ali, das pessoas que participaram daquela depredação estavam no acampamento, sim. Inclusive, o próprio índio. E isso tem imagens, não é? E as pessoas que estavam com ele estavam no acampamento. Alguns eram de Brasília, e boa parte deles era de fora do Distrito Federal. Então, nós tínhamos pessoa do Distrito Federal, tínhamos pessoas de fora de Brasília. E parte, sim, dessas pessoas é possível afirmar... Tanto é possível afirmar que as próprias pessoas ali que foram presas, responsabilizadas nas investigações levadas a cabo, tanto pela Polícia Civil quanto pela Polícia Federal. Foi identificado que elas estavam no acampamento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok.*

Após esses atos do dia 12 de dezembro, foi feito algum relatório informando a situação e mostrando quem eram os responsáveis pela prática e por terem financiados esses atos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Isso foi apurado no âmbito das investigações, como eu expliquei aqui. A polícia judiciária – o senhor sabe muito bem, o senhor é advogado – conduz essa questão das investigações. Então, tem um rito próprio, um instrumento próprio. Então, a gente tinha um inquérito instaurado no Distrito Federal e um inquérito instaurado no âmbito federal, até para subsidiar uma ação, até um inquérito no âmbito do Supremo Tribunal Federal. E as investigações foram conduzidas pela Polícia Civil e pela Polícia Federal. Então, tudo aquilo que foi apurado foi carregado aos autos desses instrumentos aí, desses inquéritos, e foi aí se direcionado à Justiça.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok.*

Devido à sua atuação como Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, sobretudo na organização da segurança da última posse presidencial, que não contou com uma confusão sequer e, apesar de várias ameaças, o senhor pode informar qual foi o ruído de comunicação entre os relatórios que chegavam ao Ministério da Justiça, que tratavam da realidade hostil preparada para o dia 8 de janeiro, e o relatório recebido pela Polícia Militar do Distrito Federal, que narrava ânimos pacíficos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não posso me manifestar com relação a isso, Deputado, porque não estava presente já no dia 8 – no dia 8, eu já tinha retornado à Polícia Federal. Como eu disse, no dia 2 de janeiro eu fui exonerado da função de Secretário de Segurança Pública e retornei. Após... Os atos que sucederam após esse dia... Realmente, eu não tive contato nem com o seu planejamento nem com a sua execução e não tenho como chegar e determinar, me manifestar com relação a como foram conduzidos, se foram enviados ao Ministério da Justiça, a quem foi dada difusão no âmbito da Secretaria de Segurança Pública ou do GDF.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas V.Exa., por acaso, teve acesso a algum relatório da ABIN, do GSI, do Ministério da Justiça referente ao que poderia ocorrer no dia 8 de janeiro?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – A partir do dia 2, não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Antes, teve algum acesso?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Antes, não. Antes, nós produzíamos ali informações relativas aos atos que antecederam o dia 8 – que antecederam, na verdade, o dia 2, o dia 1º, em que eu estava. Era produzida, sim, informação – até nos preparamos, no dia 1º, por conta disso; você faz toda uma análise de risco daquilo que possa vir a acontecer ou não. Mas, com relação ao planejamento para a manifestação do dia 8, que estava agendada, não tive acesso a nenhum documento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A pergunta, Dr. Júlio, é porque, para o dia 12, a gente consegue até entender: não havia um estresse na cidade, foi a questão do indígena. Mas, do dia 12 até o dia 8 – e aí transcorrem dias, do dia 12 ao dia 31, portanto, 19 dias ainda da sua gestão –, não havia nada documental desses órgãos de segurança que chegasse ao senhor? Algo que pelo menos demonstrasse alguma possibilidade de que, no dia 8 – porque, nas mídias sociais, já havia divulgação –, pudessem acontecer esses atos antidemocráticos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É, o acompanhamento... Diariamente, a gente faz o acompanhamento. A inteligência acompanha a própria, a situação da cidade como um todo, seja na movimentação de manifestantes... Eu me recordo, inclusive, de que, nesse período – eu acho que os senhores vão se recordar também –, nós tivemos algumas paralisações dos caminhoneiros no Brasil como um todo. Aqui no DF, no mesmo dia em que teve o bloqueio das estradas, com atuação, a gente conseguiu desbloquear. Então, nós fazíamos o acompanhamento. E havia o acompanhamento dos órgãos federais e também do Distrito Federal desse ambiente todo. Era relativo à questão das paralisações, era relativo à movimentação de manifestantes. Então, havia um acompanhamento em nível nacional, inclusive dos acampamentos que ali estavam. Os órgãos de inteligência faziam, e nós acompanhávamos aqui, também. E fazíamos a difusão pelo canal correto. Então, nós recebíamos diversas informações. E aí a gente ia atuando. É por isso que, muitas vezes, mantínhamos ali a questão da vigilância sobre a movimentação – quem estaria chegando ao DF – ou poderia – até para fazer uma análise de risco: se poderia acontecer ou não acontecer algum tipo de ato.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quando o senhor foi informado da sua saída do cargo de secretário, o senhor conhecia os novos gestores da SSP? Houve transição?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Conhecer os gestores, eu conhecia. O Dr. Anderson e eu trabalhamos juntos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Perfeito, perfeito.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Inclusive, fui secretário-executivo dele. Ele foi Ministro da Justiça. Para que a gente tenha... A secretaria... A segurança pública do DF tem íntima relação com a parte federal, com a segurança federal – tanto que ficou demonstrada a necessidade da segurança na área central de Brasília. O Governo Federal reside no nosso quadrado, reside no Distrito Federal, e a gente tem essa questão da íntima relação. Então sim, eu já o conhecia e ele decidiu, após a chegada dele, configurar a equipe dele. Os colegas que vieram assumir a secretaria são delegados da Polícia Federal, os outros, assim que foram convidados, os conhecia, nunca tínhamos trabalhado de forma conjunta. Como eu saí no dia 2 e ele chegou no dia 2, não foi feito... Como eu disse, eu deixei um relatório daquilo que tinha sido feito, deixei o planejamento. Ele já tinha... Eu acredito, com a experiência que ele tinha anteriormente na própria secretaria, ele assumiu e não foi feita uma transição no período, até mesmo porque eu acredito que não houve tempo. Poderia ser que depois, com o passar de alguns dias, fosse feita alguma coisa, mas aquilo que tinha sido feito, que estava planejado, foi passado a ele e a gestão da equipe. Após o dia 2, eu não estava presente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ok. O senhor pode nos dar detalhes dos trabalhos realizados pelas forças de segurança do Distrito Federal que culminaram com as prisões ocorridas na Operação Nero?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Os trabalhos que foram realizados? As investigações?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim, os trabalhos realizados pelas forças de segurança do Distrito Federal que culminaram com as prisões ocorridas na Operação Nero.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Vamos ver se se eu consigo responder a pergunta do senhor. Logo após o dia 12, no dia 13, foi realizada, na Secretaria de Segurança Pública, no Centro Integrado de Operações de Brasília, uma reunião. Nesse dia eu convoquei a Polícia Militar, a Polícia Civil e convidei a Polícia Federal. E nós fizemos uma operação

justamente para discutir o que tinha ocorrido no dia 12, para que nós pudéssemos ali trazer todos os elementos, indícios, eventuais vídeos, fotos, identificação de pessoas que pudessem ali ter participado. Determinei também ao CIOB que fossem ali levantadas todas as imagens das câmeras da área central de Brasília para que pudesse subsidiar a investigação. A partir desse momento, Polícia Civil e Polícia Federal sentaram, ajustaram o procedimento de investigação, e um conduziu o inquérito em âmbito federal e o outro conduziu o inquérito no âmbito do Distrito Federal. Mesmo porque, no âmbito do DF, por exemplo, tivemos ali ataque à 5ª DP, que deveria ser apurado. Nós tivemos também ali o próprio ataque a servidores do Estado, do Distrito Federal. Por isso ocorreram duas investigações. E as investigações puderam analisar ali imagens. Receberam informações, fotos, vídeos e, além disso, informações de pessoas que participaram. A investigação, como eu disse, eu não participei da investigação, até porque não cabia à Secretaria de Segurança Pública, essa é uma missão da Polícia Judiciária. E essas ações foram desenvolvidas ali tanto pela Polícia Civil, quanto pela Polícia Federal, o que acabou culminando ali, aproximadamente duas semanas seguintes, com a deflagração da Operação Nero, onde foram identificadas pessoas que participaram. Foram expedidos, se não me engano, dez ou onze mandados de prisão em decorrência dali, e as pessoas foram alcançadas, não só no Distrito Federal, como em outros estados também.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok.* A Secretaria de Segurança Pública, durante a sua gestão, trabalhou integrada com a Polícia Federal, conforme o senhor disse aqui há pouco. O senhor acredita que essa integração não ocorreu nas ações planejadas e realizadas depois que o senhor deixou a pasta?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não sei. Eu não posso dizer ao senhor mais uma vez. Eu não estava... A partir do dia 2, eu não estava mais no Distrito Federal e não estava também na equipe que conduzia as investigações e nem ficava responsável por isso. O intercâmbio de informações entre os órgãos de polícia se dá de forma frequente, de forma fluida, até pelos canais próprios. Muitas vezes, quando se tem uma informação de algo que possa atingir um Poder Público federal aqui em Brasília, se faz parte de um relatório de inteligência, ele possui os seus canais próprios de difusão, que aí incluem os órgãos de inteligência, tanto aqueles estratégicos, a nível estadual e federal, quanto também o das forças de segurança. É possível, sim, que haja, tenha havido, mas eu não participei dos atos de organização da segurança do dia 8 para poder afirmar se houve ou não troca de informações entre as áreas federais e o Distrito Federal e as forças de segurança do DF.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito obrigado, Dr. Danilo. Seguramente outros depoentes virão, e essa pergunta será repetida porque é importante esclarecer todos esses fatos. Aqui nós buscamos enquadrar os fatos com as pessoas para individualizar a conduta para que possa ser prestado esse relatório para chegar à Justiça, e a Justiça condenar quem merece ser condenado, e creio que serão muitas pessoas, mas inocentar os inocentes que estão presos. Ainda há inocente preso.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Seja na Colmeia, seja na Papuda, ainda há.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pela ordem de chegada, eu concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix, por 25 minutos. Depois à Deputada Jaqueline Silva, que também terá 25 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sr. Presidente, eu queria começar a minha fala justamente pelo informe dado já por V.Exa., uma matéria que saiu na coluna *Na Mira*, da Mirelle Pinheiro e Carlos Carone, do portal *Metrópoles*, que fala da prisão do Major da Polícia Militar do Distrito Federal que liderou o acampamento no QG.

É preso pela Polícia Federal, o nome do Major é Cláudio Mendes dos Santos, e esteve por mais de sessenta dias no acampamento e é suspeito de treinamento das pessoas inclusive para atividade criminosa. Os fatos investigados constituem a tese dos crimes de abolição

violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização do bem especialmente protegido.

A gente está falando justamente da possibilidade de uma conspiração criminosa para um golpe de Estado, envolvendo instituições e atividade e o crime de prevaricação também. Então, é importante. Vamos apresentar um requerimento de convocação, agora já está preso, foi parte de uma operação da Polícia Federal.

Agradeço a presença do Dr. Júlio Danilo, já tivemos muitas reuniões ao longo desse período como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e ele Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Mediação, inclusive em torno de diversas manifestações – importante dizer isso –, especialmente do campo político de que eu faço parte, dos movimentos sociais progressistas deste país, a gente participou e, felizmente, o Dr. Júlio, do campo que eu representei, a gente teve pouquíssimos incidentes ao longo do período em que o senhor foi Secretário de Segurança. Infelizmente, da extrema direita golpista deste país a gente não pode dizer a mesma coisa.

Eu vou seguir fazendo algumas perguntas. Vou tentar ser bem objetivo.

Dr. Júlio, a primeira coisa é que, logo depois das eleições, ali no dia 30 de outubro, começou a mobilização dos acampamentos. Houve bloqueios na BR-080, BR-020 e na BR-251. Qual foi a orientação do Governador Ibaneis Rocha sobre esses bloqueios a partir do dia 31 de outubro e a ação da Secretaria de Segurança do Distrito Federal?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu até me antecipei a essa resposta, eu tinha até dito isso. Realmente, ocorreram esses bloqueios logo após a eleição e a questão do acampamento. A determinação era do desbloqueio imediato. Essa foi a orientação dada pelo governador e também dada por mim, e assim foi feito. Tanto que, se não me engano, acho que isso foi numa terça-feira, já na madrugada, acho, de terça para quarta ou de segunda para terça. Poucas horas depois, a gente já tinha, sim, liberado as rodovias. Acho que a última a ser liberada foi a 080, porque havia sido colocado terra – se eu não me engano – na rodovia. Aí, o nosso Administrador de Brasília rapidamente também mobilizou um trator, e, com a Polícia Militar, a gente conseguiu desobstruir a via. A última a ser desobstruída, se eu não me engano, foi lá e no Café Sem Troco, que, na verdade, não houve o bloqueio. O pessoal estava fazendo manifestação, e a gente ali foi dissipando a manifestação. Eu acho que em menos de 24 horas já não tinha mais bloqueio aqui nas rodovias que dão acesso ao DF.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nesses bloqueios, houve alguma orientação do Ministério da Justiça, naquele momento comandado pelo ex-Ministro Anderson Torres?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Não me recordo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem diálogo da Secretaria de Segurança Pública com o ex-ministro?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não me recordo. Para essa questão dos bloqueios, não, que era algo no âmbito aqui do próprio Distrito Federal. Nós atuamos nessa... Até mesmo, como eu disse, nós nos antecipamos e logo... Em menos de 24 horas, ali foi desbloqueado. Ou seja, os bloqueios aqui não permaneceram. E, depois, a gente não teve mais bloqueio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve identificação de responsáveis por esses bloqueios por parte da Secretaria de Segurança Pública do DF?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, porque rapidamente os desbloqueios das rodovias foram feitos. Então, não teve nenhum tipo de resistência para o desbloqueio das rodovias. Aquelas pessoas estavam se manifestando...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, não houve ninguém preso pelos bloqueios de rodovias?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não houve ninguém preso. Não houve ninguém preso, como eu disse, porque, assim que as manifestações estavam ali, rapidamente a gente atuou. Não houve resistência a esse desbloqueio. Não houve necessidade da

realização de prisões.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Logo em seguida, começou um novo movimento, uma nova orientação nos grupos golpistas brasileiros, de acampamentos nas regiões militares das cidades.

Qual foi a primeira orientação do Governador Ibaneis Rocha e da Secretaria de Segurança Pública em relação a como proceder com esses acampamentos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, assim que os acampamentos iniciaram, nós imaginávamos que seria uma manifestação como as outras. Teriam início, desenvolvimento da manifestação e logo dali a sua dissolução, que eles terminariam. Então, quando começou, a primeira coisa que nós fizemos foi o quê? Tentar identificar quem estava lá – até para que a gente pudesse ali identificar alguma liderança do que fosse – e saber como iriam se comportar. Foi feito o acompanhamento logo em seguida, ali na semana que eles se reuniram. Eu me recordo que, no dia 2 de novembro, que era feriado, Dia de Finados, houve uma grande concentração de pessoas e tudo isso, e a gente tinha ali a crença de que aquilo ali iria se dissipar, como eu disse. Não foi feito. Aquilo foi se perpetuando. Aí, já foi iniciado o diálogo, justamente, com a área militar, no sentido de que: ó, essas pessoas estão aí acampadas, e a gente precisa atuar para que seja feita mobilização. E já se iniciou o diálogo com o Comando Militar do Planalto, com a preocupação da permanência do acampamento ali. E foi toda aquela questão que se desenrolou durante todos os dias: a área militar, o diálogo com os militares, a possibilidade de atuação ou não, a ocupação daquela região que não era uma região...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Pois é. Essa é uma pergunta, uma dúvida. Eu já participei de negociações, inclusive, de diversos acampamentos com o senhor, especialmente acampamento indígena. A gente tem todo um regimento para acampamento na cidade, na área tombada, na área central de Brasília. Inclusive, ele não é permitido ou ele é permitido e autorizado por tempo determinado com a retirada em seguida imediata.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, gerou-me certa estranheza a leniência com que esse acampamento foi tratado por tanto tempo. Houve algum documento do Exército, logo em seguida, na primeira semana desse acampamento, que chegou ao conhecimento do senhor?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu não me recordo se foi logo na primeira semana, mas houve, sim. Inclusive, até foi divulgado pelos meios de comunicação. Isso tem publicação. Eu acho que o *Metrópoles* publicou, o *Correio Braziliense*. Houve demanda, sim, ao Governo do Distrito Federal e à própria Secretaria de Segurança Pública. Como eu disse, foram realizadas reuniões – e aí aqui eu coloco, até leniência por nossa parte, Deputado, e aqui eu faço a defesa até que eu estava na secretaria e do próprio governo –, desde o primeiro momento, a gente atuou para que a gente pudesse fazer a desocupação. Inclusive, isso faz parte de um protocolo nosso, como o senhor colocou – nós, que eu digo, no âmbito do Distrito Federal. Sempre que há ocupação de terra pública, logo nós agimos para que seja feita a desocupação, sempre seguindo o protocolo. Diálogo com as pessoas que ali estão presentes, a possibilidade de realocação daquilo como invasão de terra pública ou o que seja. E de área pública é da mesma forma. Assim a gente não permitiria... A diferença dali é que aquela era uma área militar que não estava sob a jurisdição do Distrito Federal, do Governo do Distrito Federal. Aquela área ali é de gestão, de jurisdição dos militares. Por isso que nós atuamos diversas vezes. Inclusive, o senhor nos questionou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Essa definição de jurisdição é legal? Existem documentos legais, decisões judiciais? Qual é a norma que orienta o senhor nessa deliberação?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Aquela é área de atuação, mesmo porque você vê que o Exército está de forma ostensiva ali portando, inclusive, armamento. Fazendo o controle, inclusive, dali do próprio trânsito local, da segurança daquela área. Ou seja, é uma área militar, de acesso militar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A gente, inclusive, está com um documento aqui, Dr. Júlio, que é direcionado ao senhor, que é assinado pelo Coronel Fabiano Augusto Cunha da

Silva, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Planalto. Esse documento está nos documentos oficiais da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele foi assinado no dia 4 de novembro de 2022.

O Chefe do Estado-Maior do Comando do Planalto dá algumas orientações à Secretaria de Segurança Pública. Ele fala primeiramente da ocupação e da organização da ocupação. Eles falam que já autorizaram carro de som e que a secretaria, portanto, não precisaria autorizar carro de som. O senhor tem conhecimento de, em outro momento da história, o Exército autorizar carro de som em manifestação no período em que o senhor era secretário?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Não tinha ocorrido antes. Mas o senhor vê que esse início... Nós tratávamos isso como um evento de manifestação, como a gente ocorre. Mas como estava dentro da área militar, por exemplo, nós não poderíamos autorizar...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Atuar.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. E até autorizar a realização de um evento público dentro de uma área militar. Se viesse qualquer tipo de questionamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eles mandariam para lá.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu posso realizar uma manifestação, pode se colocar ali um carro de som, a montagem de uma barraca? É área militar, isso tem que ser com os militares.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E aqui em seguida ele pede ao DF Legal que atue para retirar os ambulantes.

Ele pede ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal a manutenção da limpeza e recolhimento do lixo; ele pede ao DETRAN ao BPTRAN que atuem; ele pede o policiamento ostensivo das viaturas na região; ele pede uma ambulância do Corpo de Bombeiros e do SAMU para atendimento aos manifestantes, se necessário. Então, de prontidão uma ambulância naquele território.

E deixa outro ponto focal, um contato que seria o contato fixo do Coronel Boueri, que é o Chefe do Centro de Operações do Comando Militar, como contato. Vocês tiveram reunião com esse coronel? Vocês tinham uma relação direta, reuniões nesse período de formação do acampamento?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Havia reunião porque foi demandado. Você vê, inclusive eu me referi na minha fala anterior sobre essa questão, sobre, inclusive, esse documento que chegou. Você vê que chega a demanda. Nós tratávamos aquilo no início como uma manifestação, como ocorria aqui. E até a própria orientação do Governo do Distrito Federal, do próprio governador é o quê? As manifestações podem ocorrer desde que sejam comunicadas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas, acampamentos são diferentes.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Acampamentos, não. Justamente, o senhor tem razão. Mas aí não fala em acampamento, fala inclusive em manifestação, e o que ele pede? Ele tinha autorizado a questão do carro de som...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas já está estava qualificado o acampamento ali.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não sei se no dia 4 estava qualificado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Começou dia 31. Já era dia 4.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Começou, ali, eu acho que foi dia 1º ou dia 2, a gente não tinha essa...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Cenário, não é?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Esse cenário de acampamento nem de duração. Tanto que nos reunimos com eles e, após esse documento também, eu disse, aqui, por diversas vezes, a gente orientou: Nós precisamos começar a verificar essa questão da desmobilização. Essas pessoas não podem permanecer, eles falavam: "Aqui é área militar".

Então, eles estavam na área militar. E aí você vê que eles pedem o apoio. Já tinha dito isso: A questão do DF Legal, para que houvesse ali a atuação com relação aos ambulantes. Pedem a questão do SLU, por causa da questão do acúmulo de lixo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eles fazem...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Porque dia 2 havia tido, como eu disse: eu acho que teve uma concentração grande, porque era Dia de Finados, e aí eles pedem o apoio da Polícia Militar, do DETRAN e do Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Do DF Legal.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Do DF Legal teve lá atrás, o que eu falei dos ambulantes, né? Para que houvesse organização na área, e era a missão do GDF realmente atuar. Eu até havia dito para o Deputado Chico: a preocupação que a gente teve... no dia 2, o Eixo Monumental ficou intransitável. Ele parou. Daqui a pouco, tinha pessoas atravessando aquela rodovia, depois que o trânsito foi liberado, e com o risco até de que alguma pessoa pudesse ser atropelada. E, quando a gente tem uma grande concentração de pessoas, nós temos que atuar para garantir a segurança da pessoa que está lá. Por isso, a gente coloca bombeiro, coloca Policial Militar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Dr. Júlio, justamente sobre isso, sobre a garantia da segurança, no dia 12 de novembro, o DF Legal fez uma operação com ambulantes, para retirar os ambulantes do acampamento. A operação foi interrompida por hostilidades dos manifestantes contra os funcionários. Estou com um documento aqui, assinado pelo Secretário Executivo do DF Legal, Sr. José Airton Lira, em que ele fala justamente que não teve o apoio da polícia do Exército. Eles tiveram que se retirar de lá, por hostilidades. A Secretaria de Segurança tomou alguma providência em relação a isso?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Foi comunicado. Isso aí a gente acompanhou, a gente acompanhava, né? Mesmo porque os servidores do GDF, a gente tinha todo esse cuidado. Foi feito... e por que não foi colocada a Polícia Militar para poder acompanhar? Isso era dentro da área militar, dentro do acampamento. Foi colocado à disposição, e o Exército disse que não havia necessidade, porque lá dentro atuava a polícia do Exército. Ele relata aí, não é? Que estavam acompanhados da polícia do Exército. Tem registros disso também na imprensa, porque nós acompanhávamos lá. E realmente os servidores foram hostilizados e, por questão de segurança, foram retirados.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Secretário, um contato da Polícia Federal deu uma entrevista para alguns jornais, entre eles, a revista *Fórum*, mas também deu entrevista para o jornal *Globo*, falando que haveria algumas pessoas do GSI – Gabinete de Segurança Institucional, infiltradas, participando do acampamento no QG do Exército, incitando os manifestantes a cometerem crimes contra a ordem democrática. Incitando o acampamento. A Polícia Federal, inclusive, depois fez uma entrada no acampamento e foi expulsa do acampamento. Você teve notícia? Teve troca de informações entre as agências que fazem esse monitoramento? A Polícia Federal chegou a essas informações de que haveria funcionários do Gabinete de Segurança Institucional, liderado pelo General Heleno e pelo Presidente Bolsonaro, no acampamento, incitando a manifestação?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, é... isso aí eu acredito, eu vou dizer: eu não tive o acesso a esse documento, a não ser aquele que foi publicado pela mídia, né? Eu acredito que tenha sido no âmbito da investigação que deveria estar sendo desenvolvida pela Polícia Federal, mesmo porque era atribuição da Polícia Federal a apuração desses delitos que o senhor relatou aí, né?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tomou conhecimento de que havia servidores do GSI no acampamento?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, não, à época, nós não tomamos conhecimento, mesmo porque nós não fazíamos atuação dentro do acampamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem a inteligência da Secretaria de Segurança Pública teve a informação?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. A inteligência nossa... a gente fazia uma inteligência estratégica, né? De verificar como estava a questão da ocupação, de quantas pessoas, de veículos que entravam. Nós fazíamos o registro desses veículos. Tanto que essa relação de registros, ela foi fornecida à Polícia Civil, foi fornecida à Polícia Federal, né? Também foi... Quando foi demandado pela Justiça, todas essas informações que estavam disponíveis foram fornecidas, tá? Mas não chegou oficialmente nada para nós com relação à atuação...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor não teve conhecimento de atuação de agentes do GSI?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não chegou para nós, enquanto eu estava como Secretário de Segurança Pública aqui do DF, essa informação para que pudesse ser apurado, mesmo porque não era atribuição nossa, Deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Deixe-me lhe perguntar uma coisa, Dr. Júlio: o senhor teve notícias de alguma mobilização, entre o dia 31 de outubro e o dia 11 de dezembro de 2022 – na véspera dos atos do dia 12 –, de alguma ação ou tentativa da Secretaria de Segurança Pública de desmobilizar os acampamentos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – No dia 11?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Entre o dia 31 de outubro e o dia 11 de dezembro de 2022, houve alguma tentativa da secretaria de desmobilizar?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Sim. Houve, houve negociações e conversas para que a gente desmobilizasse. Eu não vou saber precisar o dia para o senhor. Mas houve, no momento...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O principal óbice para essa desmobilização era quem?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Era o próprio Comando Militar do Planalto. Quando a gente... A negociação toda se dava com o Comandante Militar do Planalto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E quem era? Vocês negociavam diretamente com o General Dutra?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu... Eu, quando ia negociar, negociava com o general, né? Com o comandante, com o secretário, eu me reunia com ele, mas a parte operacional da secretaria se reunia com a parte operacional de lá.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então a negativa de que não poderia haver operação era do Comando Militar do Planalto, através do general?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Vinha da parte do Exército, que é o responsável. O Comando Militar do Planalto é o responsável pela segurança daquela área. Então, por vezes, quando... Inclusive, nós diversas vezes conversamos: "Oh, é o momento, nós precisamos desmobilizar". Né? Mas não podíamos atuar se não fosse ali em conjunto e com anuência deles. Não tinha como! Ali era área militar. E aí houve...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E depois do dia 12? Depois do dia 12, qual foi a orientação do Governador Ibaneis Rocha? Houve orientação do Governador Ibaneis Rocha depois dos atos do dia 12?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Teve. Teve orientação, sim, que era para que se adotasse todas as ações, possibilidades, gestões, para a desocupação. Tanto que nós realizamos ali reuniões...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor teve alguma informação, naquele momento – aí já no dia 12 – de participação de agentes do Gabinete de Segurança Institucional, do General Heleno, ligado à Presidência da República, do Presidente Bolsonaro, no dia 12 de dezembro de 2022?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não recebi...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Também, parte da denúncia veiculada pela imprensa, e pessoas investigadas do Supremo Tribunal Federal.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não recebi nada nesse sentido, oficialmente, nem na própria Secretaria de Segurança Pública, não detectamos nada oficialmente com relação a essa questão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor já falou aqui um pouco sobre o porquê de ninguém ter sido preso, um pouco sobre a ação. Eu estive com o senhor no dia seguinte – eu, Deputada Arlete Sampaio, Deputada Erika Kokay, muito preocupados – também demandando a retirada do acampamento. O senhor já disse aqui, e outros depoentes, que tentaram, em seguida, desmobilizar o acampamento, e que houve óbice, novamente, do General Dutra e do Comando Militar do Planalto, para que o acampamento fosse desmobilizado. Sabe quantas tentativas vocês fizeram nesse sentido?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu acho que foram duas tentativas, eu acho. Duas tentativas ostensivas, né, de, realmente, colocar à disposição efetivo do DF Legal e da Polícia Militar para que nós pudéssemos...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aí, quando chegavam lá...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Quando chegávamos lá, na hora de a gente poder fazer, realizar a ação, vinha aí a própria orientação pelo Comando Militar do Planalto de que não. Chegou a orientação do comando... A primeira vez que aconteceu, chegou dizendo não, que não ia... não queria que fosse feito naquele dia, porque eles iam fazer gestões junto com as pessoas que ali estavam para desocupação. E, depois do dia 29, que daí já era a semana que a gente estava buscando, realmente... Nós tínhamos ali a posse no... No dia... No domingo, se eu não me engano. Isso foi em uma quinta-feira, dia 29, aonde realmente a gente colocou, porque havíamos ajustado de que teríamos que desmobilizar, de toda a forma, a questão do acampamento, e, quando da atuação do DF Legal e da Polícia Militar em apoio ao Exército, veio a orientação do Comando Militar do Planalto, eu acredito também que por própria orientação de cima, não sei, ou não, né, de que não pudesse ser realizada a ação naquele dia daquela forma. De que eles...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia 29 de dezembro?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – No dia 29. De que eles se encarregariam ali da desmobilização do próprio acampamento. Eu me lembro que, nesse dia, eu tinha feito uma reunião com o Governador Ibaneis no dia anterior. Ele já tinha dado orientação, a determinação de que era para serem adotadas todas as medidas para desmobilizar. E, assim que a gente recebeu, eu retornei, mais uma vez, a ele também dizendo da impossibilidade em razão disso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Houve alguma ação do Ministério da Justiça em apoio ao Distrito Federal – o Ministério da Justiça gerido, até então, pelo Ministro Anderson Torres –, em relação aos atos do dia 12, já que a Segurança Pública do Distrito Federal, como o senhor já disse, é compartilhada, pelo menos do ponto de vista da informação, das agências de inteligência? Houve apoio do Ministro Anderson Torres? Porque ele é criticado inclusive pela imprensa, pela ausência, pela omissão de posicionamento ou pelo posicionamento muito leve em relação a esses manifestantes. Então houve apoio?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – A atuação foi da Polícia Federal, que é vinculada ao Ministério da Justiça. Então, o relacionamento se deu diretamente com a polícia...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O Ministro Anderson Torres te ligou?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Me ligou. Me ligou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia 12?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – No dia 12 ou no dia 13. Não, não me recordo, não tenho como precisar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual foi o teor da conversa?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, ele gostaria de saber realmente aquilo que tinha se passado, o que que se tinha, como é que estava a questão do andamento das ações no âmbito do Distrito Federal. E eu relatei rapidamente a própria atuação das forças de

segurança e que havia ali o contato...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele disse alguma providência que ele tomaria?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, não, não. Não me disse o que que ele faria, nem, lógico, o que deveria ser feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os manifestantes do dia 12, depois das manifestações – eu vi várias imagens, não as trouxe aqui hoje, mas há várias imagens –, voltam para o acampamento e vão para a rede hoteleira do DF, é isso? Os dois polos depois do dia 12, da depredação massiva que eles fizeram?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu não tenho como precisar isso ao senhor, mesmo porque, no dia 12, o que que aconteceu, né? Assim, logo após os atos ali, eu estava, eu me desloquei para a área central, fiquei na parte de trás da Polícia Federal, que a gente estava no embate. Dei a volta atrás. Depois a preocupação que nós tínhamos é porque o Presidente Lula estava hospedado no hotel do outro lado. Então, houve o reforço da Polícia Militar também para que os manifestantes não chegassem do lado sul. Fui lá também para verificar como é que estava e, logo em seguida ali, estava lá com o pessoal, eu tive que, eu fui chamado, né, e aí pelo próprio Doutor Andrei, que era o chefe da segurança à época, para que, é... obter... Ele queria algumas informações em relação a isso. Me reuni com ele e depois voltei, já por volta de meia-noite e pouco, lá para o prédio da Polícia Federal. Então, não tenho como precisar, mas o que a gente coloca, as pessoas que foram...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas houve uma reunião com a rede hoteleira no dia seguinte.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Ah, teve uma reunião na rede hoteleira.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E eles estavam preocupados porque, segundo o Coronel Naime, eles afirmaram que os próprios depredadores...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Que parte, parte...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Parte deles estaria hospedada na rede hoteleira.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Parte dos manifestantes estariam hospedados ali. Parte dos manifestantes, como eu disse, estavam no acampamento. Foi feita uma reunião com a rede hoteleira, porque eles estavam preocupados, lógico, né, com aqueles atos que se passaram lá na área da cidade até então nunca vistos aqui.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E, mesmo assim, nessas 24 horas, não foi possível fazer nenhuma prisão em flagrante.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Félix, eh, as prisões em flagrante deveriam ocorrer...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu sei que não é o secretário que faz...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deveriam...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas eu digo do conjunto.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Isso, mas eles deveriam ocorrer logo após o ato. Depois não estavam mais em situação de flagrância essa situação. Mas as prisões foram feitas devido às investigações que foram realizadas ali. O que a gente poderia fazer? O que ocorreu. Logo no dia 13, e aí eu tenho... Inclusive isso está nas redes sociais da própria Secretaria de Segurança Pública. Foi feita essa reunião com a Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, para que nós pudéssemos ali identificar e responsabilizar as pessoas, e assim foi feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Secretário, Dr. Júlio Danilo, acho que é muito importante a contribuição que você dá a esta CPI. Você foi Secretário de Segurança Pública durante todo esse período. A gente viveu a posse. Obviamente, a posse era um momento excepcional, porque, também, tinha 300 mil apoiadores do Presidente Lula em Brasília. Muita gente fala o óbvio: os manifestantes contra o Presidente Lula não iam cometer uma ação suicida no dia 1º de janeiro. Mas a gente sabe que tinha riscos. Inclusive, teve a denúncia do

risco de tiro. A Secretaria de Segurança e a Polícia Federal investigaram que estavam armando contra o Presidente Lula. Então, acho que é importante a sua colaboração hoje aqui, a sua reflexão, para a gente entender quais eram os óbices.

Eu acho que a linha do tempo, o resumo que a gente tem hoje é que a linha do tempo nos mostra que houve uma longa preparação desse grupo especializado, extremista, golpista, para efetivar atos extremos, na tentativa de um golpe de Estado neste País. Articularam-se com pessoas especializadas, como o caso de pessoas de dentro das forças de segurança que foram presas. Acabaram se beneficiando pelo fato de o ex-presidente, que não tinha reconhecido ainda sua derrota, continuar na Presidência da República do País. As autoridades que, até então, respondiam como autoridades federais eram nomeadas pelo ex-presidente da República; então, de alguma forma, do meu ponto de vista, beneficiaram-se para um ambiente, no Distrito Federal, contraditório em relação a isso.

Eu acho que esta CPI tem o dever de investigar prevaricação de autoridades públicas, tanto em nível federal quanto em nível distrital, que têm responsabilidade com as manifestações do dia 8. Também me parece que, nessa transição, a troca repentina da gestão da Secretaria de Segurança Pública para uma cúpula altamente próxima da gestão Bolsonaro, ex-presidente que não havia reconhecido a derrota e que fazia discurso, sim, de incitação a manifestações golpistas, quando não reconhecia a derrota, trouxe um clima de tensão para o período posterior no Distrito Federal. A linha do tempo está muito clara. Há um crescente de manifestações golpistas, extremas, violentas e depredadoras. O dia 12 é uma mostra disso. Eu acho que essa linha do tempo mostra, para nós, que houve, sim, do ponto de vista geral, omissão.

Vamos apurar de quem ocorreu essa omissão, incitação e planejamento intelectual, por altas autoridades da República brasileira.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por 25 minutos, a Deputada Jaqueline Silva.

Só um minuto, Deputada Jaqueline Silva. O nosso secretário irá sair por cinco minutos. (Pausa.)

Pessoal, só um detalhe, enquanto o Sr. Júlio volta: nós combinamos aqui que passaremos para a próxima quinta-feira o segundo depoimento, tendo em vista o adiantado da hora.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Retomamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Silva, Vice-Presidente desta CPI, por 25 minutos.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar e parabenizar o senhor, Dr. Júlio, pela disposição de estar aqui, contribuindo. Nós, Deputados da CPI, fizemos um pacto. Não estamos aqui para perseguir, mas estamos aqui para trazer a verdade. Quando a gente escuta depoimentos como os do senhor, falas como as que o senhor colocou nesta manhã, ajuda-nos muito a clarear tudo isso que tem acontecido, o que aconteceu.

Enfim, eu tinha outras perguntas para serem feitas, mas os nossos colegas aqui já as colocaram. Eu queria só fazer duas perguntas para o senhor, para sanar uma dúvida minha. O senhor coordenou a segurança durante a posse do Presidente Lula, certo? O evento não registrou intercorrências, surgiu com muitas comparações sobre o efetivo adequado de resguardar a Esplanada em eventos e manifestações. Tudo ocorreu perfeitamente. Eu pergunto para o senhor: Quais são os parâmetros que a Força de Segurança considera para decidir o efetivo adequado para preservar o patrimônio e a ordem pública? Secretário, eu pergunto: Quais são os parâmetros? Como vocês definem isso para trazer não só em eventos, mas – como acabei de falar, na posse – em manifestações? Quais os parâmetros que vocês usam?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Bom dia, Deputada. Quero agradecer,

primeiro, por aguardar, porque a gente precisava fazer essa pausa. Eu havia dito aqui também que existe um protocolo. Aqui, no DF, temos um protocolo que utilizamos no caso de manifestações e festas públicas. A gente costuma identificar que tipo de manifestação, que tipo de ato a gente vai ter; além disso, o público estimado que vai estar presente e também informações de inteligência com relação ao ânimo das pessoas que ali participarão. Durante esse período de gestão que tive, nós tivemos eventos relevantes com a participação de grande público e, em alguns momentos, com ânimos que poderiam estar um pouco mais alterados ou não, a gente sempre mensurava a capacidade de reação com relação a esses fatores. Eram realizadas ali reuniões com a participação da área de inteligência, área operacional da Secretaria e das forças de segurança: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e DETRAN. Se essa manifestação fosse na área central e envolvesse ali algum tipo de necessidade de resguardo, seja a um prédio público ou a um Poder, também dentro do protocolo, nós chamávamos ali a área de segurança, geralmente da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal – porque estão na Praça dos Três Poderes – e do GSI também – porque o GSI é responsável e era responsável pela segurança do Palácio do Planalto. Então, nós nos reunimos e, a partir daí, a gente construía esse planejamento. O planejamento era feito de que forma? Cada uma das forças e dos órgãos fazia o seu planejamento; depois, trazia essa documentação; nós fazíamos a junção desses planos e discutíamos. A coordenação ficava sempre a cargo da Secretaria de Segurança Pública. Aqui, entenda-se: coordenação não quer dizer subordinação. Então, se eu estou trabalhando de forma integrada, coordenada com um órgão federal, não quer dizer que ele está subordinado a mim – a polícia do Senado, a polícia da Câmara –, mas nós trabalhamos de forma coordenada, e assim era feito. Então, na posse. A posse era uma festa estimada... nós estimávamos a presença de até 300 mil pessoas. A própria equipe de transição colocava dessa forma, e realmente o público que compareceu foi grande. Além disso, a gente tinha ali ânimos que poderiam se acirrar de alguma forma. A gente vinha de uma eleição muito polarizada, com atuação, e as pessoas se expressando, tanto de um lado quanto de outro, um pouco mais exaltadas. Então, nesse dia, por determinação inclusive do Governador Ibaneis Rocha, todo o efetivo da segurança pública estava à disposição.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – O senhor, Secretário, lembra qual é esse número de efetivo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Ah, de número, não vou me recordar. Mas, assim...

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Haveria algum documento que pudesse trazer para a gente esse número, esse registro do efetivo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Os planos operacionais das forças de segurança vão ter. Aí, falam assim: "Secretário, estava todo mundo trabalhando nesse dia?" Não estava, porque... eu vou te falar o porquê, Deputada, mesmo porque a cidade não para. Então, tinha policiais que trabalharam durante a madrugada que antecedeu o dia. Essas pessoas, até por questão orgânica, deveriam folgar também, mas estavam de sobreaviso, de prontidão. Se tivesse necessidade, a gente podia chamar de novo. Eu também tinha o efetivo que ia entrar em serviço no dia seguinte. A segurança da cidade não para. Além disso, nós temos a cidade toda. Então, tinha gente que não estava trabalhando na posse, mas estava trabalhando lá, em Santa Maria, no Gama, Taguatinga, Ceilândia. O efetivo nosso não estava lá, mas estavam todos de prontidão. Numa necessidade, a gente poderia chamá-los todos. Mas era um número razoável das forças de segurança. A gente coloca não só da Polícia Militar, mas da Polícia Civil, que também trabalhou de forma ostensiva com seus especializados, e o Corpo de Bombeiros Militar. Fizemos questão de colocar, inclusive, duplas no meio do público para que, caso houvesse algum tipo de intercorrência, pudessemos rapidamente socorrer as pessoas. O DETRAN estava praticamente com todo o seu efetivo operacional trabalhando – que não é um número muito grande – para controlar a questão do trânsito. E a gente tem que ver também o efetivo do Exército, que estava trabalhando, do GSI, que colocou para poder... das Forças Armadas como um todo, não só Exército, mas Marinha, Aeronáutica e tudo isso. A Polícia Federal participou, a Polícia Rodoviária Federal, ou seja, era um efetivo de segurança robusto. E colocamos todos os especializados também: Choque posicionado, num caso de

necessidade; a Cavalaria participando; toda a parte do trânsito para poder organizar. Com o plano de quê? De não permitir que houvesse ali... Que os manifestantes que estavam presentes no acampamento se deslocassem até a área. Isso aí foi ajustado que não seria permitido por quê? Aí, mais uma vez, eu falo: o ato que ocorreu no dia 1º não era uma manifestação, era uma cerimônia oficial do Estado brasileiro de posse do Presidente e depois você tinha ali uma festa que era promovida por quem estava lá. Então não era uma manifestação ali. No entanto, qualquer um que pudesse participar – inclusive manifestei isso dessa forma na véspera –, ali era um ato aberto ao público, qualquer um que quisesse participar da festa poderia, mas o que não seria permitido era ato de manifestação pública contrária, até para que não houvesse nenhum tipo de acirramento. E assim foi feito. O planejamento foi construído dessa forma. Aí a participação, o acompanhamento da gestão, da alta gestão da segurança pública, próxima o tempo todo.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Presidente, as minhas dúvidas eram essas.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar o senhor, Dr. Júlio, pela disposição e pelo trabalho. O senhor mostrou que, em um momento importante como esse, com muitas pessoas como havia no dia 1º, o senhor fez um planejamento junto com todas as forças que o senhor acabou de falar, e ficou claro que deu certo, funcionou, a gente não teve nenhum problema. Mas traz para nós, mais uma vez, muita dúvida e muita tristeza tudo que aconteceu no dia 8. Poderia ter sido tudo diferente. A nossa grande avaliação aqui é a falha. De quem é essa falha? Onde houve essa falha?

Enfim, essas eram as minhas dúvidas.

Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputada Jaqueline Silva.

Vou conceder também a palavra, mesmo regimentalmente não sendo obrigado, aos suplentes e aos Deputados que não são membros da CPI. Vou conceder dez minutos a cada um.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno, por ordem de chegada, por dez minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Presidente, já que estamos fazendo nesta CPI combinados prévios, como fizemos até agora o prazo de vinte minutos aos suplentes, eu gostaria de pedir que, neste dia, pelo menos mantivéssemos os vinte minutos. Depois a gente rediscute na CPI o tempo, até porque hoje havia menos titulares presentes. Acho que não haveria prejuízo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou conceder quinze minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pode contar os quinze minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Boa tarde a todos e a todas.

Boa tarde, Delegado Júlio Danilo de Souza Ferreira.

Delegado, eu queria começar com algumas questões que me parecem importantes até com relação ao que o senhor já respondeu aqui. Primeiro, como era a sua relação pessoal e profissional com o Sr. Anderson Torres? Quando você estava na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o Anderson era Ministro da Justiça. Eu queria saber como era a sua relação com o ex-ministro.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Boa tarde, Deputado. Inclusive eu acho que até parte eu já respondi, né? Eu já conhecia – e conheço – o Delegado Anderson Torres há vários anos. Fui secretário executivo dele. Já nos conhecemos há bastante tempo, estudamos juntos. Ele é Delegado da Polícia Federal, eu também sou Delegado da Polícia Federal. Trabalhamos juntos na Polícia Federal, trabalhamos juntos aqui no Distrito Federal. Com a saída dele para assumir o Ministério da Justiça, eu fui convidado pelo Governador Ibaneis Rocha a permanecer como Secretário de Segurança, e a relação entre a Secretaria de

Segurança Pública do DF com o Ministério da Justiça era muito boa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor falou que era muito íntima, inclusive, não é? O senhor relatou aqui que a relação entre a Segurança Pública do DF e o Ministério da Justiça...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – É... A Segurança Pública do DF com o Ministério da Justiça é assim que tem que ser. Tem que ser muito próxima. Mesmo porque há a questão dos recursos, os repasses dos recursos do Fundo Constitucional não só para a Secretaria, quanto para as forças de segurança. Eu fui também, como disse, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública. Então, nessa condição de presidente, diversos anseios das secretarias de segurança pública do Brasil, dos estados eram carreados por meio da secretaria executiva do conselho. Eu, enquanto presidente do conselho, tinha essa relação não só com o ministro, quanto com o ministério como um todo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu estou perguntando isso, até porque o meu tempo está reduzido, para saber... No dia 12, quando aconteceram os atos, o Sr. Anderson Torres estava jantando com a família, diante, inclusive, da tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal, que é também jurisprudência do Ministério da Justiça.

Qual foi a sua relação com o ministro e a ação dele perante aqueles atos, inclusive de uma tentativa de invasão? Porque o que foi noticiado pela imprensa, inclusive, é que ele continuou jantando normalmente e não se deslocou para os episódios, para a frente, como outros agentes da segurança pública que estavam fora fazendo outras coisas. Tanto no dia 12 quanto no dia 8, ao saberem, ao serem noticiados os crimes ali cometidos, eles se deslocaram imediatamente.

Qual foi o contato e qual foi a reação do Ministro Anderson Torres diante não só do atentado em Brasília, mas também da tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal, que tem jurisdição do Ministério da Justiça?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, também da mesma forma, eu tomei conhecimento como o senhor tomou. Onde estava ou não, se ocorreu ou não ocorreu, eu não tenho essa informação. A própria reação eu não tenho. Por quê? A reação que deveria ter ocorrido, ou que ocorreu, eu não sei que contato ele fez no âmbito do Ministério da Justiça, ou com as forças federais. Foi estabelecido um contato só por telefone. Não sei precisar aqui, não me recordo do momento, da hora em relação a isso. Mas eu tive contato, sim, com o próprio Diretor-Geral da Polícia Federal.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Com ele não? No dia 12, o senhor não teve contato com ele?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – No dia eu não me lembro. Não me lembro se foi no dia, ou foi no dia seguinte. Por telefone. Pessoalmente, não. Mas eu tive contato com a Polícia Federal, tanto com o diretor, quanto com o diretor substituto, que à época era o próprio Dr. Sandro. Quando eu estava chegando à Polícia Federal, encontrei ele lá no térreo, ele estava lá presente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ok. Estranha-me – viu, delegado e ex- secretário? –, porque o Coronel Naime esteve aqui na semana passada e ele caracterizou o dia 12 de dezembro, inclusive, como manifestações de guerrilha urbana. Estranha-me que o Ministro da Justiça, diante de um atentado de criminosos na rua caracterizado pelo Diretor do DOP da Polícia Militar como guerrilha urbana, não tenha se deslocado para os atos e, enfim, tenha mobilizado inclusive as forças nacionais. Como o senhor disse também, a relação... é muito devagar – se a gente pode chamar assim – do próprio Ministério da Justiça e das próprias Forças Nacionais de Segurança durante o próprio acampamento no Quartel General, resistindo às tentativas, como o senhor relatou, de tentar desarmar esse acampamento.

Eu estou colocando essa questão para fazer uma pergunta que para nós é importante, e aí eu quero a sua opinião. Pela sua relação com o Anderson, pela sua experiência de gestão, o senhor saiu da secretaria no dia 2 de janeiro, quando o ex-Ministro Anderson Torres tomou posse. Vocês tinham uma relação pessoal como já relatou aqui. O senhor não acha, no mínimo, estranho, ou melhor, não prudente a troca do comando da Secretaria de Segurança

Pública por alguém que, ao assumir o cargo, entraria de férias? Não era mais prudente segurar a troca e ter mantido o senhor secretário e esperado o ministro retornar das férias, inclusive do exterior, diante do quadro que já se desenhava e que já era de conhecimento, ou deveria ser, se não era, dos atos do dia 8, de uma tentativa de golpe?

Eu queria saber isso porque... Se vocês tinham uma relação próxima, parece-me estranho a troca do comando da Secretaria de Segurança Pública para colocar no lugar uma pessoa que não ficou, que entrou de férias, que já estava com as férias, inclusive, sancionadas pelo ex-Presidente da República Bolsonaro, pois foi ele que assinou as férias do Ministro Anderson Torres. Não seria mais prudente o senhor ter ficado, pois, como o senhor também relatou aqui, não teve nem tempo para fazer a transição?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, essa não era uma decisão minha. Até me questionavam diversas vezes – a gente conversando – se eu continuaria, não continuaria na função de secretário, nos dias que antecederam à sucessão. Eu sempre falava que essa é uma decisão que não cabia a mim. Essa decisão cabia... Foi ao Governador Ibaneis e foi por decisão dele. Ele achou inclusive... se pensava até numa, às vezes, sucessão anterior, e se achou por bem, como eu já vinha conduzindo a questão da segurança para o dia da posse, que isso se desse após o dia 1º. Esse dia foi definido logo em seguida, porque foi feita a questão do próprio planejamento. Nós vínhamos trabalhando ali, pelo menos uns 45 a 50 dias, o plano da posse...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor não chegou a discutir com o Governador Ibaneis essa troca ou a temporalidade?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não foi definido... Não. Eu fui comunicado de que seria feita a questão da substituição, de que ele iria assumir, mas isso não ficou... Isso foi definido mesmo, próximo ali aos dias, de que ocorreria. Como eu disse, até se pensava que poderia ocorrer antes, ou não, do dia 1º, e o próprio governador falou: "Não. Vamos deixar após o dia 1º", que a gente já vinha tratando a questão da segurança.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok.* A história mostrou que foi, no mínimo, pouco prudente a troca e deixar a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sem comando nas vésperas da tentativa de um golpe de Estado.

Quero fazer uma última pergunta, delegado e ex-secretário. O senhor colocou aqui que as manifestações em frente ao quartel, o acampamento, foram tratadas pela segurança pública como as outras manifestações, mesmo sabendo do conteúdo do acampamento. Não eram manifestações como as outras, não eram manifestações democráticas, não eram manifestações reivindicando direitos; eram manifestações que, quando se iniciaram no dia 31 de outubro, pediam uma intervenção militar, um golpe de Estado.

A Secretaria de Segurança tratou essa manifestação como outra qualquer?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu queria fazer uma correção. Eu falei que, no início, era tratada como uma manifestação, até quando o Deputado Fábio Félix nos perguntou, mesmo porque se iniciou com uma manifestação. Nós não sabíamos nem que as pessoas ficariam acampadas ali durante esse período todo...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Quando deixou de ser tratada como manifestação como as outras?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu não vou saber precisar o dia certo ao senhor, mas a partir do momento que ela começou a se fixar ali tanto... A partir ali da segunda semana, já após, a gente já começou a tratar da questão, da necessidade de desmobilização. Por quê? Até pela experiência que nós tínhamos. O senhor pode ver que manifestações que ocorrem aqui no Distrito Federal, seja na área central, seja em outro local, somente a gente permite ali a montagem de estrutura com autorização e logo depois o desmonte. O senhor pode ver, às vezes, começa a montagem ali e...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu sei. Conheço bem, porque já organizei uma série de manifestações e sei como que é difícil fazê-las. O que me surpreende, Secretário, é que o senhor, como Secretário de Segurança, participava, de alguma maneira, ou tomava conhecimento da elaboração dos PAIs, dos protocolos de todas as manifestações. Correto?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Correto.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – A gente pegou alguns protocolos, inclusive na sua gestão, e eu vou citá-los aqui: Protocolo da parada LGBT no dia 3 de julho. Nele, no final, existe um tópico: Observações diversas. Logo após atribuições específicas da SOPI. E nele aparece: Ameaças de grande impacto. E uma orientação: caso haja possíveis presos relacionados, deverão ser encaminhados à 5º DP. A mesma coisa ocorre no congresso da UBES, estudantes secundaristas do ensino médio, no dia 12 de maio. O mesmo ponto aparece no PAI: Ameaça de impacto mediano e também indicação de prisões – caso houver. Oito de junho, Marcha da Maconha: ameaça de impacto mediano e a indicação se houver prisões.

Mas não acontece, Secretário, no relatório do dia 1º de novembro “Manifestações contra o resultado das eleições”. Esse tópico desaparece do PAI. Não constam no PAI, nessa manifestação, estas observações diversas: qual é a probabilidade de ameaça e o que fazer caso haja prisões. Também não aparece, o senhor já não era Secretário, no PAI dos atos do dia 8.

Então, não me parece que a Secretaria de Segurança Pública tratou a manifestação como outras quaisquer, porque houve uma diferença, e está aqui, em todos os PAIs, gritante e flagrante: para as manifestações democráticas da parada LGBT e do Congresso de Estudantes Secundaristas, existe a notificação da ameaça e o que fazer caso haja prisão. Isso não acontece no relatório das manifestações contra os resultados das eleições, ainda no passado, e também no dia 8 de janeiro.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu só quero voltar à resposta que eu estava dando antes, Deputado, se o senhor me permitir, não é? Com relação à questão da manifestação, se a secretaria tratava ou não o acampamento como uma manifestação comum. Eu estava falando, e o senhor fez essa outra observação. Depois eu me manifesto com relação a essa, se o senhor me permitir. A Secretaria de Segurança Pública tratava o acampamento, no início, como uma manifestação. O senhor acabou de ver a questão do próprio PAI aí do dia 1º de novembro, né? Foi logo em seguida...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Primeiro de novembro já tinha o acampamento. Eles já estavam lá.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O acampamento começou ali após o dia da eleição. Após o dia trinta, a gente teve 31, e veio logo o dia 1º. Ou seja, as pessoas estavam começando a se manifestar. A gente não tinha esse fato dos acampamentos pelo País todo, e eu tinha me manifestado nesse sentido, até para o Deputado Fábio Félix, quando me questionou no início. Nós tratávamos esse movimento como uma manifestação comum. Depois, quando essas pessoas passaram a se estabelecer, por diversas vezes, nós tratamos com o Comando Militar do Planalto, a necessidade de desmobilização desse acampamento que estava ali. E por que não foi à frente? Eu disse também: por se tratar de área militar, nós necessitávamos da concordância, do apoio, da coordenação com eles para que a gente pudesse desmobilizar. Com relação à questão dos outros PAIs que o senhor colocou, durante o período que eu que estive como secretário, a gente sempre tratou as manifestações de forma igualitária. Sempre recebemos utilizando o mesmo protocolo, mais uma vez eu coloco aqui. O Deputado Fábio Félix diversas vezes acompanhou essas... inclusive mediou algumas situações. Nós recebíamos todas as pessoas, a gente fazia questão de identificar quem estava na coordenação, a gente sempre dava orientação durante o evento para que, caso houvesse algum tipo de necessidade de gestão local, fosse feito para que a gente pudesse mediar. E assim transcorreu durante esse período todo.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Delegado, peço licença a V.Sa. e me dirijo ao Presidente, Deputado Chico Vigilante, porque está faltando um minuto para finalizar a minha fala. Eu gostaria de, pelo menos, mais um minuto só para poder encerrar com uma conclusão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado, eu vou tratar com isonomia todo mundo. São quinze minutos e pronto.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Então, eu vou ter que interromper, Sr. Secretário, porque me parece, diante do que nós estamos vendo aqui e pelo que o senhor colocou... Pela

competência e pela seriedade das forças de segurança do Distrito Federal, não me parece que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi um apagão. Foi uma conspiração. Foi uma sabotagem o que aconteceu no dia 8 de janeiro, e houve uma tentativa de golpe de Estado nesse País. E havia um mentor intelectual, que, pelas falas, pelo que está colocado nos relatos, somos levados a crer que é o fugido, hoje o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro. E essa tentativa de golpe tinha braços nas Forças Armadas, na GSI, e, com a prisão, hoje, do major da PM, inclusive nas forças de segurança do Distrito Federal. Isso é muito grave.

Eu acho que esse é um papel importante, porque o apagão da segurança pública do Distrito Federal não foi uma coincidência.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O Secretário de Segurança, a mudança nos padrões do PAI, porque retira do PAI essa observação final...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Conclua, Deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Para mim, leva-se a crer que o que aconteceu aqui neste País, no dia 8 de janeiro, Deputado Chico Vigilante, foi uma tentativa de golpe, uma sabotagem e uma conspiração golpista que tinha um mandante, que tinha um mentor intelectual, o Sr. ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Está com a palavra, por até quinze minutos, o Deputado Thiago Manzoni, suplente desta comissão.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, como o titular do meu bloco, o Deputado Joaquim Roriz Neto, está ausente, eu indago se eu poderia falar como titular, em vez de falar como suplente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Teria de ter comunicado a ausência para que V.Exa. se tornasse titular. V.Exa. está como suplente.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, eu vou pedir só para restituir os segundinhos que eu perdi, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quinze minutos ao Deputado Thiago Manzoni, a partir de agora.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Recebo com alegria a minha condição de suplente, hoje, aqui. Boa tarde, Dr. Júlio. Agradeço ao Líder do meu bloco, Deputado Daniel Donizet, e ao Deputado Roosevelt Vilela, que me permitiu integrar como suplente esta CPI.

Antes de dirigir as perguntas a V.Sa., secretário, eu queria fazer algumas observações, uma espécie de preâmbulo sobre a CPI e sobre algumas conclusões que, no decurso do inquérito, ou seja, da investigação, parece que já estão tomadas.

O art. 58, § 3º, da Constituição Federal entrega às comissões parlamentares de inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. A comissão parlamentar de inquérito investiga, ela não parte das conclusões para fazer perguntas direcionadas àquilo que ela quer concluir. Ela está investigando fatos para, depois, chegar a uma conclusão. Ela tem natureza de processo penal, Sr. Presidente.

Aliás, aos atos processuais da CPI se aplicam de maneira subsidiária as normas do Código de Processo Penal do Brasil. A CPI realiza diligências, convoca autoridades, toma depoimentos, inquire testemunhas – inclusive sob o compromisso de dizer a verdade, sob pena de serem presas –, ouve indiciados.

Mas a verdade é que, no Brasil, infelizmente, a população não leva a sério as CPIs que acontecem, porque elas se tornam palco de políticos, para eles fazerem as suas observações e exporem os seus julgamentos sobre aquilo que aconteceu.

V.Exa., Presidente Chico Vigilante, começou a CPI dizendo que ela não vai acabar em *pizza*, porque nós não somos *pizzaiolos*. E eu espero que, realmente, ela não acabe. E que nós

investiguemos e cheguemos a conclusões técnicas.

Para isso, eu acredito que tenhamos que deixar de lado alguns arroubos retóricos que cometemos daqui do plenário. Um deles é utilizar de maneira sucessiva a expressão "terroristas". O que define o que é terrorismo e quem são terroristas é a legislação brasileira.

E eu vou pedir *vênia* a todo mundo que está aqui. Eu já li algumas vezes esse artigo aqui no plenário e vou lê-lo novamente. É a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. O seu art. 2º diz: "O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública".

O § 2º diz também o que não é terrorismo. Diz assim: "O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas" – não se aplica –, "movimentos sociais" – a pedido dos partidos de esquerda, na época da redação da lei –, "sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional", e por aí vai.

Então, é a lei que diz o que é terrorismo. É ela que excetua e diz também o que não é terrorismo. E eu acho que seria de bom tom que nós aqui, como investigadores que somos, e sob o manto dos poderes próprios das autoridades judiciais, nós nos mantivéssemos dentro dos parâmetros da legislação brasileira. E fizéssemos as nossas inquirições de modo a, só depois das inquirições, chegarmos às conclusões.

Que essas conclusões identifiquem quem foram os culpados pelos atos de vandalismo, pela depredação, pela destruição dos prédios dos três Poderes da Nação. Essas pessoas precisam ser identificadas e precisam ser punidas.

Pois bem, agora, sim, Secretário Júlio – peço-lhe perdão por esse preâmbulo, mas reputo que ele fosse necessário –, vou me circunscrever aos atos do dia 12, que são os atos que aconteceram enquanto V.Sa. era Secretário de Estado aqui no Distrito Federal.

Os atos do dia 12, V.Sa. mencionou que eles aconteceram depois da prisão de um índio, de um indígena. A prisão acontece e, a partir de então, surgem atos violentos principalmente na região central de Brasília. Eu indago: em algum momento, a autoridade que expediu o mandado de prisão deste indígena se comunicou com as autoridades policiais do Distrito Federal para comunicar que a prisão seria efetuada?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, não houve comunicação das autoridades judiciais, mesmo porque o mandado não foi expedido para ser cumprido pelas forças de segurança do DF. Ele foi cumprido pela Polícia Federal.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Houve alguma comunicação por parte da Polícia Federal para coordenar a forma que a prisão aconteceria ou possíveis atos redundantes da prisão?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, não foi comunicado. Isso foi comunicado após a prisão. Só a solicitação de apoio por parte da Polícia Federal após ali a aglomeração de pessoas na frente da sede da Polícia Federal.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Essa aglomeração de pessoas na frente do prédio da Polícia Federal, secretário, foi objeto de perguntas também ao Coronel Naime. E o Coronel Naime, ao responder, fez uma observação que V.Sa. fez aqui também, a de que o setor hoteleiro procurou as forças de segurança e a própria segurança pública preocupado, porque havia muitos hóspedes nos hotéis de Brasília que estavam a praticar aqueles atos. Essa informação é verdadeira? Confere?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – O que foi colocado foi posteriormente ao que nós fomos procurados. Anteriormente não. Pode ser que o setor hoteleiro tenha procurado diretamente a Polícia Militar, que faz o policiamento no local, e possa, de forma antecedente, ter os procurado com relação a isso. Logo em seguida aos atos do dia 12, fomos procurados, sim. Inclusive foi realizada uma reunião – no hotel que fica bem do lado ali do Brasília Shopping, não vou me recordar o nome agora do hotel –, pela própria associação hoteleira aqui do DF, com a preocupação com relação a segurança no local. Então, foi, eu participei

dessa reunião, juntamente com o comandante da Polícia Militar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Uma das razões – o Deputado Fábio Félix até perguntou sobre as prisões em flagrante – apontadas pelo Coronel Naime no depoimento dele para que não tenha havido prisões em flagrante é que essas pessoas se evadiram para estes hotéis. E, quando a polícia chegou à sede da Polícia Federal, a Polícia Militar chegou à sede da Polícia Federal, isto é, quando as forças de segurança do Distrito Federal chegaram à sede da Polícia Federal, o que havia lá eram pessoas idosas, rezando, orando, seja lá o que for, por aquele indígena, pedindo pela libertação dele. Esta informação procede?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, eu não sei te precisar... Quando eu cheguei, eu cheguei pela... Eu estava tentando chegar pela parte da frente, como eu disse, né, eu saí do Ministério Público, e nós descemos pelo Eixo Monumental, fiz aquele retorno, passei, peguei o eixinho, desculpe, a W3, para poder acessar. E as pessoas... O trânsito já estava parado e as pessoas vinham correndo de lá para cá, algumas com pedaço de ferro, outras ali, a gente vê, já com ânimos de vandalismo, já abordando um ônibus, nós subimos no canteiro central e retornamos. E eu cheguei à Polícia Federal por trás, fiz a volta lá por baixo do Conjunto Nacional e cheguei ao prédio da Polícia Federal por trás. E ali já estava já a Polícia Militar tentando dissolver ali aquela questão do distúrbio civil. Já havia dois veículos pegando fogo na parte, no estacionamento, por detrás do prédio da Polícia Federal, a utilização de muito gás lacrimogênio, porque realmente dá a dispersão das pessoas. As pessoas se dispersaram tanto em direção ao lado sul quanto também descendo a rua em direção ao Conjunto Nacional, e outra parte subindo para ali em caminho, em direção a 5ª DP, né? Tá? Então, é isso. Houve essa dispersão e, como eu disse, a preocupação era você retornar à questão da... da própria normalidade ali. Realizar uma prisão dessa forma na hora de um distúrbio civil, você tem que ter uma equipe própria pra isso. Né? Existe método pra isso. E que você não estava esperando. Nós não aguardávamos aquele tipo de distúrbio.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Logo depois houve prisões efetuadas? Essas pessoas foram presas? Algumas delas pelo menos?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Foram presas em decorrência da investigação, após identificação. Não no dia. Tá?

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Ok. Obrigado, secretário.

Bom, em relação a esses atos do dia 12, há algum tipo de semelhança entre esses atos, a prática desses atos, o *modus operandi* desses criminosos e aqueles atos dos chamados *black blocs* por volta do ano de 2013, 2014? O modo de agir é semelhante?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu não tenho, Deputado, como afirmar isso ao certo, né? Não participei da apuração. O que a gente tem é notícia, né, da atuação daqueles movimentos, era assim, de depredação a prédios públicos. Da utilização de coquetel *molotov*, né, com... com fogo e tudo isso. Nesse dia, ocorreu ali a queima de veículos? Ocorreu a queima de veículos. Nesse dia, houve depredação a prédios públicos? Houve tanto na 5ª DP quanto no prédio da Polícia Federal também. Mas fazer a similaridade eu não tenho elementos para dizer que a atuação de um ou de outro... Se tinha presença ali de pessoas eventualmente que participaram anteriormente desses atos com aqueles atos do dia 12.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Houve algum tipo de armamento utilizado contra as forças policiais, ainda que de armas brancas?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não foi identificado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Não foi identificado?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não foi identificada a utilização de arma de fogo nem de armas brancas, né? Aí, tinha sim a questão de, como eu disse, pedaços de pau, de ferro, até porque foram quebrando algumas placas, a questão de fogo que foi utilizado, mas de arma não. Mesmo porque, né, nós não tivemos feridos por armas de fogo ou por arma branca no decorrer daquele dia, à noite, em decorrência dessa convulsão na área central.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – A destruição dos veículos que não foram destruídos pelo fogo e dos prédios públicos foi ocasionada por esses pedaços de paus, barras de ferro,

pedras? Havia também algum tipo de estilingue utilizado com bolas ou com pedras para estilhaçar vidraças ou causar danos a prédios públicos e privados no DF?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eh... Eu não, não tenho como precisar também a questão de estilingues. Nós fizemos a apreensão nos dias seguintes, a abordagem a pessoas que realmente andavam com estilingues e bolas de gude, né? Nesse dia nós não tivemos nenhum ferido com relação a isso, né? Agora o estilhaçamento das vidraças, aí eu não tenho acesso à questão da... da própria perícia que foi feita, né? Mas a utilização de pedras, barras de ferro, isso sim foi feito.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Desculpa insistir na questão do estilingue. V.Sa. falou que foram presas pessoas, que foram...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Foram abordadas pessoas nos dias seguintes.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Abordadas.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu me recordo que, logo após aquele ato da... do caminhão no... no dia, no dia que antecedeu o Natal, né? Houve ali uma... uma invasão, uma tentativa de invasão ao Supremo Tribunal Federal por alguns indígenas, se eu não me engano, no dia 25, né? No dia de Natal foi feita a abordagem negociada. Esses indígenas depois tiraram. E foi abordado um grupo que estava presente, acompanhando ali à época. Foi inclusive conduzido à 5ª DP, né? E que portavam, aí sim, máscaras, portavam estilingues, bolas de gude. Eu me lembro que eu estava acompanhando esses atos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – O senhor sabe dizer se houve prisão de alguém desse grupo? Se algum deles foi preso?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não sei. Não tenho como precisar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Tá.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Mas o registro da ocorrência pelo menos houve na 5ª DP.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Tá. Obrigado, secretário.

A última pergunta. Parece-me que esse problema de coordenação passou a se dar depois do dia 31 de outubro. Parece-me que as forças foram se desmobilizando por falta de coordenação. É uma impressão que eu tenho apenas. E, por isso, vou fazer a pergunta nesse sentido.

No dia 12, o senhor deu uma entrevista coletiva para vários canais de televisão ao lado do então futuro Ministro da Justiça Flávio Dino, que não ocupava cargo nenhum no Governo Federal e que era apenas senador eleito pelo Estado do Maranhão, mas apareceu ao lado de V.Sa. dando entrevista como se ministro da Justiça já fosse.

Eu queria indagar de V.Sa. se, no seu sentir como Secretário de Segurança Pública do DF, naquele momento, parte da falta de coordenação que aconteceu pode ter havido pelo fato de que o futuro governo Lula se portava como governo naquele momento? Há, inclusive, entrevistas do hoje Presidente Lula dizendo que ele foi o primeiro presidente que passou a governar logo depois das eleições, antes mesmo da posse. Isso pode ter feito parte dessa falta de coordenação? Pode ter dado causa?

Eu agradeço. É minha última pergunta, Presidente. Eu não tenho mais perguntas a fazer. Obrigado, secretário.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado, pois não. Eh, eu considero de que havia coordenação. Nós nos coordenávamos muito bem com as Forças Federais, tanto que, eh, nós tivemos ali esse processo...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu disse que não tinha mais perguntas. Perdoe-me, secretário. Essa coordenação era feita com o novo governo ou com o governo antigo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – E, aí, era tanto feito com o governo de transição quanto com o governo antigo, né? Porque a Polícia Federal, que estava, eh, responsável pela segurança do Presidente e responsável pela segurança da festa de posse,

também...

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Quem falava pelo novo governo era o Ministro da Justiça atual, Flávio Dino.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu vou explicar o que foi que aconteceu nessa situação. Tem o governo de transição como um todo. Por que que eu fui parar naquela entrevista? É bom esclarecer também. Como eu relatei aqui, eu estava nesse dia 12 em campo, né. Saí logo depois do prédio da Polícia Federal, me desloquei aonde estava hospedado o Presidente Lula, que era ao lado do Pátio Brasil, aqui no Hotel Brasil 21, se eu não me engano, por ali, e preocupado justamente com a questão da segurança.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou conceder um minuto para o senhor explicar e tão somente para o senhor fazer a explicação.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Obrigado. Então, aí, eu fui... eu recebi um telefonema do Dr. Andrei, que era o chefe da segurança do Presidente Lula, gostaria de conversar comigo diante de todos os fatos que estavam ocorrendo e se eu poderia ir até o CCBB. Fui até o CCBB. E lá se encontrava tanto o Dr. Andrei quanto a equipe de segurança do Presidente Lula. E lá estava o futuro Ministro Flávio Dino, que fazia a coordenação lá da equipe de transição na parte da área de segurança e me indagou com relação à questão da segurança pública do DF, que era responsabilidade minha. Ele relatou, me relatou que daria uma entrevista logo em seguida ali, por volta das onze e pouco. O Dr. Andrei falaria pela, pela segurança do Presidente. Ele falaria com relação à questão da equipe de transição e que achava conveniente que o GDF se manifestasse com relação à segurança da cidade, que era responsabilidade minha e do governador. Então, eu entrei em contato, naquele momento, com o Governador Ibaneis Rocha dando conhecimento do que tinha acontecido, que eu tinha sido chamado lá. Ele sabia que eu estava acompanhando. O Ministro Flávio Dino tinha falado com ele também minutos antes. E o questionei se ele achava conveniente ou não que eu me manifestasse por meio da imprensa, naquele momento, em relação ao que vinha sendo feito na segurança. Ele falou que sim, me deu orientação de participar daquela entrevista. E eu participei na condição de Secretário de Segurança Pública, responsável pela segurança da cidade e com a autorização do Governador Ibaneis Rocha, a quem eu era, à época, vinculado. Então, por isso que aquela entrevista foi dada nesse contexto. Diversos meios de comunicação acompanhavam. Ele, como eu disse, ele se manifestou com relação à equipe de transição. O Dr. Andrei, em relação à equipe de segurança. E eu falei em relação à segurança pública do DF. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deixa... Ele já esclareceu. O Flávio Dino estava ali como integrante do governo de transição, que é reconhecido e publicado no *Diário Oficial*.

Está com a palavra o Deputado Max Maciel.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra o Deputado Max Maciel. V.Exa. não vai tumultuar aqui a CPI.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel por quinze minutos.

DEPUTADO MAX MACIEL – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, obrigado pela oportunidade de também colaborar no sentido da CPI. Delegado Júlio, obrigado, também, por estar aqui presente.

Delegado, só uma pergunta: sob sua coordenação e secretaria, a sua inteligência chegou a notificar alguma possibilidade de distúrbio no dia 12? O senhor chegou a ser notificado, em algum momento, pela sua inteligência, da possibilidade?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, Deputado Max. Por quê? Eh... No dia 12, como eu disse, aqueles atos, eles decorreram da prisão que foi realizada do indígena.

DEPUTADO MAX MACIEL – Indígena.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – E, logo em seguida, houve aqueles atos de convulsão. Esse dia, inclusive, a gente acompanhou muito bem. Nós tivemos a diplomação do Presidente Lula, tudo transcorreu muito bem no TSE. Houve uma manifestação das pessoas em frente ao Palácio da Alvorada também nesse dia, e tudo estava transcorrendo muito tranquilo.

DEPUTADO MAX MACIEL – E é isso que eu queria pegar o ponto, Dr. Júlio, porque, para mim, não faz sentido a inteligência não ter lhe informado, porque a própria imprensa já tinha notificado que trezentos manifestantes, vindo, inclusive, de outros estados, não à toa, estavam em hotéis. Porque ninguém vê hotel prevendo a prisão de um indígena. Eles vieram se deslocando, publicamente favoráveis ao então Presidente Bolsonaro, questionando o processo eleitoral e colocando em pauta a lisura da eleição. Esses trezentos já tinham marcado um ato durante a diplomação do Presidente Lula.

Então, espanta-me... Ou, se não espanta, qual era o protocolo diante dessa situação que existia: pessoas de outros estados com um foco deliberado, que era estar questionando a diplomação de um presidente democraticamente eleito?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Max, eh... as pessoas... A gente tinha conhecimento das pessoas que estavam hospedados nos hotéis; estavam aí alguns manifestantes, outros turistas, outras pessoas que vêm a trabalhar em Brasília e tudo isso. Nós acompanhávamos, como eu disse ao senhor aqui, diariamente, a questão do próprio acampamento. Então, o acampamento, a gente estava o tempo todo ali acompanhando. Tem pessoas que eram de Brasília e, às vezes, estavam hospedados em outro local, ou que moram aqui que frequentavam o acampamento. Também tem pessoas nesse sentido. Mas, com relação a essa questão de que essas pessoas... uma informação específica de que aquelas pessoas que se hospedaram ali vieram com esse intuito de cometer aquele ato de depredação no dia 12, não teve informação nesse sentido.

DEPUTADO MAX MACIEL – Tudo bem.

Diante, então, do fato já ocorrido no dia 12, após a determinação do Ministro do STF Alexandre de Moraes de prisão, quando ocorreu a depredação da Polícia Federal e, em decorrência disso, veio uma sequência de distúrbios que chegaram até a 5ª DP – bem colocado pelo senhor, o Governador Ibaneis é o comandante em chefe –, qual foi a orientação do governo para as tropas que estavam se deslocando para tentar evitar os distúrbios sobre esses manifestantes? Ou esses terroristas, ou esses...

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Era que agisse de toda a forma para conter, para... para que a gente pudesse ali retornar à situação de paz na cidade, acabar, dissolver a questão do distúrbio civil e que realizasse, sim, prisões. Que fossem realizadas, que as pessoas fossem identificadas e tudo isso. Essa foi a ordem, o direcionamento dado por ele. E assim também passado por mim às forças de segurança, naquele dia.

DEPUTADO MAX MACIEL – Delegado, eu tenho imagens da BBC, de um ônibus pegando fogo, um manifestante empurrando o outro e as viaturas passando ao lado. Isso é um ato em flagrante. Diante dessa determinação do governo, por que não foram presos imediatamente, no cometimento desses atos?

Há outra informação também, de uma outra matéria, de que há manifestantes reunidos e uma tropa da polícia faz um cordão diante deles. Eu não considero que alguém vá rezar com pau e pedra na mão e estilingue – não conheço esse templo ainda, ou essa denominação religiosa. Alguém que se desloca com esse tipo de equipamento – ou que o pega em determinado local da cidade – tem um foco que certamente não é nada pacífico.

Impressiona-nos haver duas imagens públicas de... Não estou colocando a culpa sobre o comando; eu estou tentando entender essa tela azul que aconteceu na Polícia Militar, em dois momentos da história do Distrito Federal. O porquê de, diante de um fato, de um delito, de um ônibus sendo empurrado com a intenção de ser derrubado sobre um viaduto e outro pegando fogo, com as tropas passando exatamente ao lado, não ocorrer a prisão.

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Esses que o senhor relata são casos específicos que o senhor traz. A situação da atuação da corporação foi apurada e está sendo

apurada em procedimento próprio interno. Inclusive, se for detectado que houve algum tipo de atuação negligente durante a atuação, essas pessoas serão responsabilizadas. Assim foi dada a orientação. Quando eu cheguei ao local, como eu disse, a ordem foi dada: "Precisamos restabelecer a normalidade; as pessoas a serem responsabilizadas". No dia, não houve prisões em flagrante. Isso foi cobrado ao Comando da Polícia Militar. Foi dada explicação, à época, do próprio procedimento, a preocupação que se tinha com relação a isso, mas foram determinadas, logo no dia seguinte, ações para que a gente identificasse as pessoas responsáveis e que elas fossem punidas, que elas fossem responsabilizadas. Como disse também aqui, anteriormente, ali, aproximadamente duas semanas seguintes, dezessete dias, se não me engano, foi desencadeada a operação denominada Nero, em atuação tanto da Polícia Federal, quanto da Polícia Civil, para que a gente pudesse buscar e prender essas pessoas.

DEPUTADO MAX MACIEL – A Operação Nero, deflagrada... Foram 32 ordens judiciais, certo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Eu não sei precisar. Acredito que sim. Deve ter sido isso aí.

DEPUTADO MAX MACIEL – Na operação – ou sob o seu comando, sob sua coordenação na secretaria –, chegaram a pegar junto à rede hoteleira... Se ocorreu de haver financiadores ou um único pagante para um determinado grupo, nessas hospedagens nos dias que antecederam o fato?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não, que antecederam o fato, não. E a investigação, como eu disse anteriormente, é desenvolvida no âmbito da Polícia Judiciária, Polícia Civil e Polícia Federal. O primeiro foco da operação foi tentar identificar pessoas que participaram dos atos de vandalismo. Essas pessoas foram identificadas. E as investigações seguiram tentando identificar possíveis financiadores, inclusive até no âmbito do inquérito que está em andamento junto ao Supremo Tribunal Federal. E a gente viu que a Polícia Federal vem realizando prisões sucessivas dessas pessoas. Hoje, inclusive, foi relatado aqui... foi dado conhecimento sobre uma prisão realizada na data de hoje, em decorrência, ainda, desses atos aí.

DEPUTADO MAX MACIEL – Delegado, com a sua experiência, qual é a sua leitura do que deu errado, agora passando... saindo do dia 12 para o dia 8? Não teve uma transição na sua pasta, certo?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Certo. Não houve período suficiente para que fosse feita uma transição.

DEPUTADO MAX MACIEL – Até o momento em que o senhor estava secretário, também não lhe foi informado por nenhum outro segmento, ou da sua ciência, de que possivelmente ocorreria um fato, dias seguintes à posse aqui no Distrito Federal?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Não. Não havia nenhum relatório de inteligência ou informação de que houvesse algo planejado para esse dia 8. Não me chegou, pelo menos até o dia 2, que eu estava... A nossa concentração também estava toda ali focada na preparação da posse do dia 1º. Acompanhávamos tudo, acompanhávamos a própria movimentação no âmbito do acampamento, mas a gente sempre focado na questão da segurança da posse também.

DEPUTADO MAX MACIEL – A pergunta que faço aqui – a penúltima, antes de encerrar – é em relação a sua perspectiva profissional tanto como delegado, quanto como secretário de Estado.

Qual a sua leitura ou a sua opinião sobre o que aconteceu no dia 8? O que deu errado no dia 8, que permitiu que as sedes dos três Poderes fossem invadidas e depredadas daquela forma?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Deputado Max, eu até falei anteriormente: engenheiro de obra pronta é mais fácil, quando a gente olha o fato que passou e você fazer uma análise do que aconteceu. Eu não tive acesso, como eu falo, ao próprio planejamento. Não sei como foi planejada a ação. Eu não estava presente no dia. O que eu posso falar é o

que nós fazíamos antes. Nós tínhamos um protocolo de atuação sempre preocupado na questão da quantidade de pessoas que participariam, tentando envolver no planejamento todas as forças que ali iriam. Eu não tenho como precisar ao senhor e chegar a essa conclusão, de forma tão rasa, tão simples, do que tenha acontecido. Eu acredito que possa ter sido uma série de fatores. E o que eu acredito é que, ao final até mesmo das apurações, vai poder se definir o que houve ali, se foi uma sucessão de equívocos, se realmente o que aconteceu ali foi a questão de planejamento, falta de efetivo. Acho que, ao final das apurações, a gente vai poder definir isso daí. Eu seria leviano se eu indicasse aqui qualquer tipo de conclusão a ser tirada...

DEPUTADO MAX MACIEL – Mas, com base no que o senhor viu como secretário, o que deveria ter sido feito para evitar tal ação? Porque a gente está vendo aqui... *Ok*, engenheiro de obra pronta; mas não foi tão obra pronta assim. Nós sabíamos a planta, nós sabíamos o limite da fundação e nós sabemos inclusive quem eram os engenheiros que estavam pensando isso. Há uma informação precisa, que a PRF mandou, de que estavam chegando ônibus à cidade; tinha um acampamento com uma concentração muito grande dessas pessoas; chegou no ato do dia 8. No dia 8, teve, inclusive, um policial, um agente da Polícia Militar, um oficial que conversou com os manifestantes, como é protocolo, para orientar a manifestação até a Esplanada, que seguia fechada.

Então, diante desse fato e de uma ocorrência que se deu, de descontrole, que providências deveriam ter sido tomadas para evitar o que aconteceu na Praça dos Três Poderes?

SR. JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA – Mais uma vez. Eu disse: eu não participei do planejamento, não tive conhecimento. Esses fatos que o senhor traz, as informações, aquilo que foi divulgado à imprensa... Eu seria leviano em dizer. Não participei nem do planejamento nem da execução das ações. A gente planeja muito e, toda vez que a gente vai executar um planejamento, uma das características é que esse planejamento tem que ser adequado àquela realidade, mas que ele seja maleável, que a gente possa, ali, realmente fazer os ajustes, porque a gente planeja, planeja, planeja e, quando você vai a campo, algo acaba acontecendo e você, lógico, tem que ter as contingências, para que você possa, ali, fazer frente àquilo que saiu do que você planejou. Mas eu não tenho elementos, Deputado, e peço desculpas ao senhor para chegar a essa conclusão de emitir um juízo de valor nesse sentido, aos atos que ocorreram no dia 8.

DEPUTADO MAX MACIEL – Para encerrar, Deputado Chico Vigilante, vou fazer só um comentário para a nossa leitura. O dia 8 é decorrência de um planejamento muito bem pensado, que veio anos e meses anteriores, de um questionamento constitucional, e isso é crime. A gente diz que isso é terrorismo também porque está na Constituição que atentar contra a Constituição, pedir intervenção militar é crime. E é isso que estava dentro desses acampamentos no País inteiro. O dia 12 foi um ponto, o dia 24 foi outro ponto; e, no dia 8, aconteceu isso.

O nosso objetivo é também mostrar que há e que havia um grupo nacional e também no Distrito Federal com o objetivo claro de romper a institucionalidade democrática, cometendo um crime constitucional; que deveriam, sim, nesse caso, serem punidos, se fosse ao rigor da Constituição; e que os fatos todos ocorreram e foram planejados anteriormente à eleição do Presidente Lula. Isso aí é importante deixar frisado aqui. Quem comandava o Exército, o Comandante em Chefe do Exército tinha lá... Quem era o determinador, quem comandava as tropas aqui também tinha o seu fator determinador. Isso é importante deixar bem frisado.

Quero, nos meus últimos dois minutos, agradecer a sua resposta, e agradecer ao Presidente da CPI, Deputado Chico Vigilante, pela oportunidade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sr. Júlio de Souza Danilo (*sic*), essa CPI agradece a sua participação. O seu depoimento foi realmente esclarecedor. Acho que é importante, nós temos um objetivo aqui: encontrar a verdade.

Nós queremos saber quem financiou, quem organizou, para que organizou esses atos no Distrito Federal e no Brasil, com a tentativa clara e dizendo que era a tomada do poder. Até onde eu sei, delegado, o poder se toma pelo voto ou pela luta armada, coisa que nós não queremos para o Distrito Federal e nem para o Brasil.

Portanto, a participação de V.Exa. respondeu todas as perguntas. Foi importante a sua vinda sem advogado, que é para demonstrar que esta CPI não está perseguindo ninguém.

Gostaria que o ex-Secretário Anderson Torres tivesse o mesmo comportamento do senhor, pois é esse o comportamento que se espera de um delegado federal. Ele está se negando a vir à CPI.

Eu estava conversando com o nosso relator, e mais para frente nós vamos convocá-lo de novo. Vai chegar o momento de ele vir aqui.

Muito obrigado pela sua participação. A CPI agradece.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente comissão.

(Levanta-se a reunião às 13h33min.)



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE MIRANDA SA SILVA BARROS - Matr. 16811, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 24/03/2023, às 13:56, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 24/03/2023, às 14:02, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1102029** Código CRC: **D52E4639**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1102029v12